

PÁGINA



INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV

CVces

NÚMERO 66
AGOSTO 2012



GESTÃO:
movimento
de combate
à corrupção
muda a história
de municípios

SÃO PAULO:
exemplos de
resistência
à dominação
privada do
espaço público

GOVERNANÇA LOCAL
Como o cidadão articula
as mudanças no seu entorno

O melhor lugar do mundo é aqui

Depois de intenso sobrevoo nos assuntos de escala global, por conta da Rio+20, a proposta desta edição é descer ao térreo. Sabendo que a agenda macro não tem sustentação sem ações costuradas e articuladas em nível local, lançamos a seguinte provocação: as mudanças que queremos ver no mundo estamos conseguindo fazer no microcosmo – a começar das reuniões de condomínio e do bom-dia ao vizinho?

Aqui, PÁGINA22 conta histórias sobre a ocupação da praça do bairro, a festa junina que serve de mote para ressignificar o espaço público, o combate à corrupção feito pelas mãos do cidadão, a governança construída *bottom-up* e o fortalecimento do tecido social. Seja usando a linha da costura cultural, como a tradição do bumba meu boi no Morro do Querosene, em São Paulo, seja usando como fio condutor modelos mais diversificados de financiamento, como a moeda social no Ceará, o *crowdfunding* e o microcrédito, que se baseiam em relacionamento e confiança mútua.

São relatos muito palpáveis que se deparam com desafios reais: saber usar a ferramenta do diálogo para empoderar as pessoas, tornando-as protagonistas da própria narrativa. E fazer dessas histórias a parte que inspira, repercute e ganha escala.

Mais que influenciar políticas públicas, inovador em termos de articulação é romper com as caixinhas formais que separam o que é governo do que é mercado e do que é sociedade. Como diz Tião Rocha, na *Entrevista* à página 16, precisamos é de um Setor Zero, “onde os indivíduos são produtores de políticas públicas não governamentais, e é legitimado pela sociedade e baseado na ética pura”.

Boa leitura!

PÁGINA22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni

COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini

EDITORA Amália Safatle

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Leticia Freire

REPÓRTER Thaís Herrero

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Editorial

Dora Dias (edição), Daniella Campos (diagramação)

www.vendoeditorial.com.br

ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)

REVISOR José Genulino Moura Ribeiro

COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunhara

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Ana Cristina d'Angelo, Eduardo Shor, Fabio Storino, Flavia Pardini, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira (edição das reportagens), José Eli da Veiga, Luigi Parrini, Magali Cabral, Mônica C. Ribeiro, Rose Marie Muraro

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE

(11) 4303-8741

TUPINÁ COMUNICAÇÃO LTDA.

COORDENAÇÃO Júnior Tupinã

celular (11) 8202 4825

junior@tupinacomunicacao.com.br

ASSISTÊNCIA COMERCIAL

Rosana Mendes

rosana@tupinacomunicacao.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP

(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br

www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL

Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis,

Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga,

Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi,

Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por

colaboradores expressam a visão de seus autores, não

representando, necessariamente, o ponto de vista de

PÁGINA22 e do GVces.

APOIO



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADEIRU À LICENÇA CREATIVE COMMONS, ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Jardins solares – Blog de Lá pra Cá]

O Brasil acaba de ganhar uma regulação que permite a geração de eletricidade em edificações. A solar é uma das fontes permitidas. O excedente da energia gerada é injetado na rede da distribuidora, resultando em créditos em eletricidade para o consumidor. Essa ideia de “jardins solares” é interessante para ser incorporada a essa regulação. Rodolfo

[Quem é a garota da capa? – Blog da Redação]

Parabéns à redação pela entrevista e pela feliz escolha da capa. E, claro, parabéns à Tica, pelas brilhantes e inspiradoras respostas. Espero que os leitores possam inspirar-se nessa grande ativista e somar-se à multidão! André Amaral

[O fim de velhas certezas – Blog da Redação]

Que bela entrevista!

O mundo precisa de mais Vandanas Shivas. Parabéns para a PÁGINA22. Giselle Paulino

[Dia do juízo futuro – Ed. 65]

Para o download grátis de O Pensamento do Sul, obra recente de Edgar Morin, acesse: luizdamotta.wordpress.com/2011/03/31/um-pensamento-do-sul/. Luiz da Motta

LÁ EM CASA – QUEM FAZ PÁGINA22

Gisele Neuls, colaboradora. Gisele é da espécie migratória. Em seus voos jornalísticos gosta dos circuitos fora do eixo Rio-São Paulo. Dona das próprias asas, já passou pelos Pampas, Amazônia, Cerrado e Pantanal. Entre tantas revoadas, escolheu um ponto e fez um ninho, em Campo Grande (MS). Mestre em comunicação, dá aulas de ioga chinesa, escreve poemas e ainda colabora com frequência para a PÁGINA22, na seção *Economia Verde* e em outras reportagens.



- 16 ENTREVISTA "Precisamos de um Setor Zero, onde os indivíduos são os produtores de políticas públicas não governamentais", diz Tião Rocha
- 22 GOVERNANÇA LOCAL Após o sobrevoo global da Rio+20, é hora de empoderar o cidadão
- 26 ARTICULAÇÃO A coalizão C40 anuncia metas ambiciosas, mas cidades como São Paulo não cumprem compromissos de suas políticas climáticas
- 30 AGENDA Exemplos colhidos na megalópole mostram um movimento, ainda que pulverizado, de resistência à dominação privada do espaço público
- 36 INSTRUMENTOS Banco Palmas transforma favela em modelo de desenvolvimento local e exporta ideia para dezenas de outras cidades
- 40 FORMAÇÃO Empoderamento comunitário exige que facilitadores potencializem troca de saberes
- 44 MONITORAMENTO Combate à corrupção muda a história de municípios do interior

Seções



- 06 Notas
- 10 Web
- 11 Página Cultural
- 12 Economia Verde
- 21 Estalo
- 25 Opinião
- 35 Coluna
- 39 Análise
- 48 Radar
- 50 Última



AMAZÔNIA

O impacto das hidrelétricas

Todas as hidrelétricas que estão em construção ou em processo de licenciamento na Amazônia vão alterar para sempre a configuração ambiental, social e territorial da região. Apesar de seus potenciais energéticos e impactos ambientais serem relevantes, o governo federal não parece dar a devida atenção a esses empreendimentos.

É o que alerta a Nota Técnica publicada pelo Observatório de Investimentos na Amazônia. Iniciativa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), foi criado para acompanhar a aplicação de recursos públicos e privados na região e os impactos socioambientais e econômicos. O documento é endereçado à sociedade brasileira e aponta para a necessidade de uma “urgente e profunda discussão sobre os impactos das hidrelétricas”. Esse é o primeiro de uma série de documentos que serão publicados até o fim do ano.

O objetivo do Observatório é reunir informações sobre as hidrelétricas e discutir as dificuldades que o Estado brasileiro demonstra em avaliar, evitar e mitigar os impactos gerados por essas obras.

Segundo a Nota publicada, os investimentos e financiamentos do governo federal são assumidos como absolutamente estratégicos, tanto para a economia quanto para a geração de energia, considerada “limpa”. Até o fim de 2011, o BNDES já havia emprestado R\$ 22,45 bilhões para a construção de hidrelétricas na Amazônia, dos quais R\$ 7,22 bilhões foram para Jirau e R\$ 6,13 bilhões para **Santo Antônio**, ambas no Rio Madeira. A polêmica Belo Monte recebeu R\$ 4,77 bilhões.

Para Alessandra Cardoso, coordenadora do Observatório e responsável pela publicação, a visão do governo está “longe de vir acompanhada de um planejamento de políticas públicas” que avalie, mitigue e compense os impactos sociais e ambientais gerados pelas obras. Ela defende também que custos sociais e ambientais sejam internalizados no custo da energia gerada. Acesse o texto na íntegra na versão on-line dessa nota em nosso site.

– POR THAÍS HERRERO



METAS DE REDUÇÃO

PROMESSA É DÍVIDA

Neste mês de agosto termina a consulta pública de quatro planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima – indústria, saúde, mineração e transporte/mobilidade urbana –, em atendimento ao compromisso voluntário de redução de emissões nacionais na faixa de 36,1% a 38,9% até 2020 (em relação a 1990).

O Plano Indústria adotou meta de redução de emissões de processos industriais e uso de energia de 5% em relação ao cenário tendencial (*business as usual*) projetado para 2020. O Plano Mineração planejou reduzir em 4% suas emissões em relação ao mesmo cenário. E o Plano Transporte/Mobilidade Urbana, que incluiu transporte de cargas e transporte público, propôs redução de cerca de 2%, não incluídos os abatimentos com adoção de biocombustíveis. Já o Plano Saúde não prevê redução de gases-estufa, apenas medidas de adaptação.

Em novembro próximo, as metas desses setores deverão ser publicadas para juntarem-se aos demais planos já consolidados: dos setores de Mudança do Uso da Terra, que propôs redução de 80% das emissões causadas por desmatamento ilegal na Amazônia Legal e redução de 40% das emissões por queimadas no Cerrado brasileiro; de Energia (26% de redução) e de Agropecuária (18%). – POR MAGALI CABRAL

EFICIÊNCIA

TROCANDO A LÂMPADA

Se todos os países optassem por lâmpadas eficientes, como a LED e as fluorescentes, o consumo de eletricidade do mundo cairia em 5% e a economia financeira seria de 110 bilhões de dólares. Esses são alguns dos dados que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) levantou em um novo mapa mundial de políticas em iluminação eficiente.

De toda a eletricidade do mundo, 20% é destinada para a iluminação. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), 3% da demanda global de petróleo é para a iluminação e a produção da energia elétrica é responsável por cerca de 6% das emissões de CO₂ na Terra.

Acabar com o uso de lâmpadas



incandescentes economizaria a energia elétrica equivalente ao fechamento de mais de 250 grandes centrais elétricas a carvão. Seriam reduzidas 490 megatoneladas de CO₂ por ano, o equivalente às emissões de mais de 122 milhões de carros. Só no Brasil, seria obtida a redução de 5% do consumo nacional de eletricidade.

“A iluminação desempenha um papel fundamental na melhoria da eficiência energética, e os esforços contínuos para reduzir em nível global a utilização de produtos de iluminação ineficientes terão como consequência um aumento da segurança energética e uma redução da demanda global de energia”, disse para a agência de notícias da ONU Maria van der Hoeven, diretora-executiva da AIE.

Em agosto, um grupo de 14 países fará parte de um projeto-piloto dentro do Programa de Parcerias para uma Eficiência Global, coordenado pelo Pnuma. O objetivo é desenvolver programas nacionais de redução gradual de iluminação ineficiente. Haverá apoio de especialistas da iniciativa En.Lighten – parceria público-privada entre o Pnuma, Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF, na sigla em inglês) e empresas como a Philips Lighting e a Osram. Entre os países estão Uruguai, Chile, Marrocos, Jordânia, Filipinas e Tunísia.

O Brasil está dando passos para eliminar gradativamente o uso de lâmpadas incandescentes. Desde julho, está proibida a

fabricação e importação de modelos de 150 W e 200 W. Fabricantes e importadores têm até 31 de dezembro de 2013 para vender seus estoques e atacadistas e varejistas, até 30 de junho do mesmo ano. A previsão do governo é que em junho de 2017 não haja mais comércio de lâmpadas incandescentes de nenhuma voltagem. Com isso, torna-se fundamental a destinação correta dos resíduos das lâmpadas fluorescentes, que contêm mercúrio e precisam ser descontaminadas e recicladas. (TH)

ENERGIA SOLAR II

MAPA DO POTENCIAL DO SOL

Os Estados Unidos estão mais próximos de ter geração de energia solar em larga escala. No fim de julho, o Departamento do Interior, juntamente com o Departamento de Energia, publicou um documento que identifica as chamadas zonas de energia solar. São áreas que, a partir de agora, devem ser prioritárias para investimentos.

O objetivo da publicação foi facilitar e acelerar o licenciamento de futuros projetos de solares e significou um grande passo do governo Obama. Quando o presidente tomou posse, em janeiro de 2009, não havia nenhum projeto para solares em terras públicas. Segundo dados oficiais, atualmente são pelo menos 17. Quando finalizados, 1,8 milhão de lares poderão receber eletricidade vinda da luz do sol.

O documento identificou 17 zonas



em seis estados do Sudoeste americano – Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México e Utah. No total, são cerca de 285 mil hectares em áreas caracterizadas por boa oferta de luz do sol e potencial de transmissão de energia para longe. Outros 19 milhões de hectares foram identificados em áreas “variadas”, ou seja, fora das 17 zonas. Somando todas as áreas, o potencial é de produzir 23.700 megawatts, suficiente para abastecer 7 milhões de residências. (TH)

ENERGIA SOLAR III VOO AÉREO RECORDE

Depois de 6 mil quilômetros, 4 países e 2 continentes e 2 meses, completou-se a primeira missão intercontinental do avião Solar Impulse. Essa foi a mais longa viagem de uma aeronave movida à luz do sol.

O projeto do Solar Impulse foi idealizado em 2003, em uma parceria entre a empresa suíça Schindler e um grupo de pesquisadores do grupo Solvay, da Bélgica. Anos de estudo foram necessários até a primeira decolagem. Os fundadores do projeto, Bertrand Piccard e André Borschberg, são também os pilotos.

Os 6 mil quilômetros foram divididos em etapas de 800 quilômetros cada. Em 24 de maio, o avião partiu do aeroporto de Payerne, na Suíça, para Rabat, capital do Marrocos. No país africano, fez escala também na cidade de Quarzazate. Depois foi a Madri e retornou a Toulouse. A velocidade média do avião durante a viagem foi de 46 km/h e, mesmo sendo movido pela luz do sol, fez voos noturnos com sucesso – ele conta com 12 mil células fotovoltaicas e quatro motores elétricos. Sua estrutura foi feita com

fibras de carbono, que garantem também maior leveza. (TH)

TECNOLOGIA GEOENGENHARIA MAPEADA

A geoengenharia, ou manipulação do clima por meio da tecnologia, é vista por alguns como solução para a mudança climática. Propostas de projetos de grande escala ocasionalmente são ventilados na mídia. Embora nenhum desses tenha saído do papel, tentativas locais de alterar

o clima ocorrem há pelo menos 50 anos em várias partes do mundo. Um mapa da geoengenharia publicado pelo ETC Group, um grupo global de ação que monitora os impactos da tecnologia, identifica 300 projetos ou experimentos em andamento e 10 tipos de tecnologias diferentes. O mapa vem acompanhado de tabelas contendo detalhes dos projetos e todos os materiais estão disponíveis on-line (goo.gl/du7Dn)

Pouco se sabe sobre os efeitos colaterais de, por exemplo, usar substâncias químicas para refletir a luz do sol, como propõem pesquisadores da Universidade Harvard. Mas, diante da improbabilidade de um acordo global para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, a geoengenharia pode vir a ser considerada uma opção em um planeta cada vez mais quente. “A geoengenharia é um torniquete, uma medida desesperada para parar de sangrar quando nada mais funcionar a tempo”, diz o futurista Jamais Cascio. – **POR FLAVIA PARDINI**

PUBLICAÇÃO UM PONTO DE MAR SEM FIM

A fotojornalista Nícia Guerriero esteve 16 vezes no arquipélago de **Fernando de Noronha**.

Tantas idas e vindas só poderia ter resultado em um livro, que acaba de ser lançado em São Paulo.

Batizado de *Oceânica Noronha*, a proposta da obra é traduzir em linguagem acessível para todas as idades informações científicas de um dos lugares mais bonitos do mundo, como a história geológica do arquipélago (único território vulcânico brasileiro ocupado por uma cidade), o comportamento do mar e do clima, a flora e a fauna com espécies exclusivas criadas pelo isolamento e a história da ocupação humana.

Fruto da reedição de *Ilhas Oceânicas Fernando de Noronha* publicado em 2002, *Oceânica Noronha*, apresenta texto e fotos inéditas que incentiva o turismo socioambiental e o resgate da cultura caiçara.

A familiaridade de Nícia Guerriero com o mar e seus mistérios não é recente. Há 25 anos a fotógrafa reside em Boiçucanga, litoral de São Paulo, onde busca inspiração para seu trabalho. Antes de *Oceânica Noronha*, realizou quatro outras publicações sobre Fernando de Noronha, além de três livros sobre o Litoral Norte paulista, *Carapirás – Entendendo o peixe de Boiçucanga*, *Costa Sul do Litoral Norte e Praias na Serra do Mar*. – **POR LETICIA FREIRE**



OLHA ISSO!

POR FABIO F. STORINO

MAIS É MENOS

“Escolha é liberdade”, diz o adágio. Quanto mais opções de escolha tivermos, portanto, melhor. Esta é uma noção que está culturalmente soldada em nossos cérebros. Sendo assim, o supermercado que o psicólogo americano Barry Schwartz frequenta pode ser considerado um bastião da liberdade: em suas gôndolas ele contou 175 tipos de molho de salada, 285 variedades de *cookies*, e 230 de sopas.

Em *The Paradox of Choice: Why More is Less*, Schwartz argumenta que, a despeito de todas as vantagens já conhecidas pela civilização moderna, esse “excesso de opções” também traz dois grandes problemas: paralisia e insatisfação (*ver seu TEDTalk em goo.gl/rQkZG*).

Diante de um grande número de opções apresentadas, nosso cérebro acaba preferindo postergar a decisão. Quando finalmente o fazemos, somos tomados por um profundo sentimento de frustração: será que eu deveria ter escolhido aquele outro? É o que os economistas chamam de “custo de oportunidade”, que aumenta quanto mais opções nos são apresentadas. (*mais na edição 40, dedicada ao tema da “escolha”: goo.gl/URYrB*)

Tal frustração, argumenta Schwartz, também é causada pelo aumento de expectativas. Como bem observou o comediante Louis CK: “Hoje em dia tudo é maravilhoso, mas ninguém está feliz!” (goo.gl/fumGP)

Sheena Iyengar, professora de negócios da Universidade Columbia e autora de *The Art of Choosing*, também se deparou com um supermercado repleto de escolhas e consequente paralisia decisória. E propôs ao gerente um experimento: em vez dos 348 diferentes tipos de geleia lá vendidos, um estande ofereceria ora 6 ora 24 tipos diferentes de geleia para degustação dos compradores. Resultado: se, por um lado, o estande com 24 opções seduziu 50% mais degustadores, aqueles que puderam provar apenas 6 sabores acabaram comprando seis vezes mais geleia! Entre os ingredientes de sua receita para uma melhor “arquitetura de escolha”, portanto, está “reduzir opções” (*ver seu TEDTalk em goo.gl/LYNY*).

No mundo dos eletrônicos dispomos hoje de milhares de combinações possíveis e disponíveis na hora de comprar um computador – quanto de memória? qual processador? tamanho da tela? cor? A Apple subverteu a lógica da abundância de escolhas ao oferecer apenas um punhado delas a cada nova geração de seus produtos, facilitando a escolha e aumentando a satisfação com a opção escolhida. Inovou, aliás, no próprio conceito de “geração”: o proprietário de um Sony VAIO VPCZ128GX sente-se muito menos compelido a comprar o modelo VPCZ13EGX/B do que um proprietário do iPad 2 a atualizar para o “novo iPad” (a obsolescência programada pode começar pelo próprio nome, portanto).

Já se falou aqui nesta revista em dar um “empurrãozinho” (*nudge*, em inglês) para que o consumidor faça melhores escolhas (goo.gl/rNX2J). Trata-se da chamada “arquitetura de escolha”, o conceito segundo o qual nossas decisões são afetadas pela maneira pela qual as escolhas nos são apresentadas. Um dos pioneiros da arquitetura moderna, o teuto-americano Ludwig Mies van der Rohe cunhou há um século a expressão “menos é mais”. Décadas depois um engenheiro americano desenvolveria o princípio KISS: “*Keep it simple, stupid!*”

* FABIO F. STORINO É COORDENADOR DE TI E GESTÃO DO CONHECIMENTO DO CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE (GVces).

POR THAÍS HERRERO

PRATA DA CASA

Aeronaves sem tripulação em ação

Uso de aeronaves não tripuladas já é comum na indústria bélica de vários países. Também conhecidas como "drones", esses aparelhos são parecidos com aeromodelos, mas podem ser controlados a longuíssimas distâncias e carregam de câmeras a bombas. Por isso são um poderoso instrumento de mapeamento e espionagem. Só o Pentágono tem 7 mil drones aéreos em operação e está investindo bilhões em mais aparelhos.

Mas nem tudo é vantagem quando se trata de algo manipulado por controle remoto. Há riscos tanto de segurança quanto de privacidade para os cidadãos que vivem sob os aparelhos voadores. Ainda assim, a tecnologia foi apropriada para fins pacíficos de proteção ambiental.

No site de PÁGINA22, Regina Scharf, colunista da seção "De lá pra cá", enumera uma série de boas iniciativas usando a praticidade das aeronaves não tripuladas. Uma delas é o Protei, uma versão de drone marinho alimentado por energia eólica. Dotado de uma "cauda" superabsorvente, o aparelho é usado para descontaminar áreas onde houve derramamento de petróleo. Leia a matéria completa e assista ao vídeo do Projeto Protei em nosso site.



VALE O CLICK ECO CANAL

A EcovoxTV foi concebida pelo jornalista Humberto Mesquita e pelo cineasta Jorge Bodanzky para ser uma mídia alternativa na web de conteúdo inédito e crítico. Em ecovox.com estão pequenos documentários, reportagens e vídeos opinativos sobre questões ambientais e de direitos humanos. Em julho, por exemplo, foi ao ar o depoimento de Rodrigo Portugal, representante da ONG SOS Amapá, sobre a especulação de Eike Batista no setor de mineração do estado.

ANIVERSÁRIO A MILHÃO

Quem disse que notícias, serviços e novidades na temática da sustentabilidade não rende ibope? O portal CicloVivo.com.br completou dois anos de vida na internet com um balanço positivo. Ultrapassando a marca de 1 milhão de *pageviews*, o site foi o único veículo de comunicação homenageado na Sessão Solene Dia do Meio Ambiente, realizada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em junho.

MAPA DE EFEITOS

A Nature Geographic Society fez um didático mapa com informações sobre os rumos do planeta com o aumento do aquecimento global. Entre os tópicos abordados estão listados ecossistemas, fontes de água potável, áreas costeiras e saúde, indústria e sociedade. Os mais curiosos podem consultar com mais detalhes o que cada país vai enfrentar com a elevação das temperaturas. Acesse em on.natgeo.com/cNc7jQ.



POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

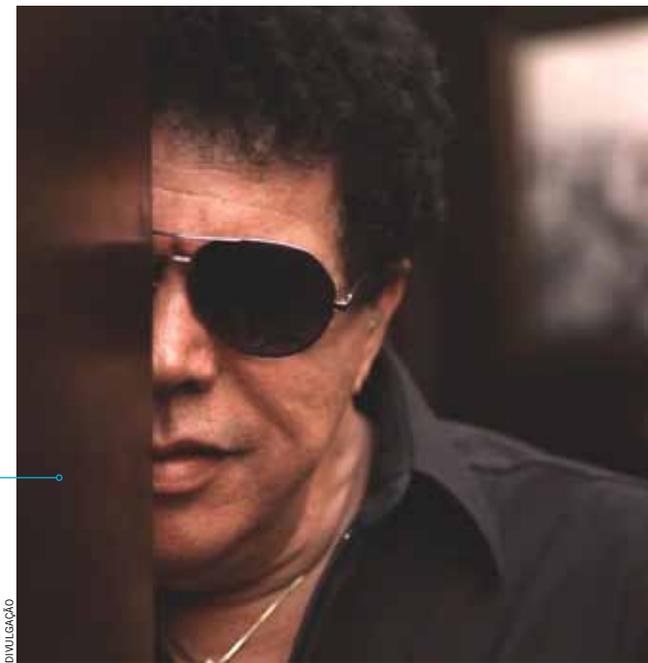
Vou rifar meu coração

A diretora Ana Rieper saiu para fazer um filme sobre a música brega – ou romântica – e chegou com um baita documentário sobre o amor, as emoções, sexo e tudo o que nos faz mais ou menos iguais nesta existência. O documentário *Vou Rifar Meu Coração* entra em cartaz a partir de 3 de agosto em São Paulo, Rio, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Maceió e Florianópolis e deverá arrebatar plateias, como aconteceu nos festivais onde já foi exibido, onde a sessão acaba se transformando num grande baile.

Ao fazer um retrospecto das canções tanto mais românticas quanto populares das últimas décadas, Ana constrói uma crônica de costumes e nos presenteia com personagens tão singulares quanto comuns.

Analisando temas de músicas de artistas como Waldik Soriano, Amado Batista, Agnaldo Timóteo, Nelson Ned e [Wando](#), entre outros, encontramos os dramas da vida a dois de uma forma profundamente popular e brasileira, com a fascinação e desilusão que lhe são peculiares.

Além das pessoas que abrem seus corações e contam suas histórias, o filme tem os depoimentos de Agnaldo Timóteo, Wando, Amado Batista, Lindomar Castilho, Nelson Ned, Walter de Afogados e de Rodrigo Mell, este último representante da nova geração do brega.



NA BORDA

As ações e pensamentos de nove coletivos artísticos de São Paulo são tema da exposição *Na Borda*, no Sesc Consolação. Os grupos Bijari, Projeto Matilha, C.O.B.A.I.A., Contrafilé, EIA, Esqueleto Coletivo, Frente 3 de Fevereiro, Nova Pasta e Ocupacidade apresentam no ambiente expositivo uma síntese de suas experiências e debatem com o público sobre os trabalhos e trajetórias.

Como ativar as forças da rua no espaço expositivo? Como recriar a força de ruptura

das intervenções num espaço institucional com todos os seus dispositivos cognitivos? Como manter o ponto de interrogação das intervenções numa proposição de registro e contextualização histórica? Essas são questões que se colocam quando se fala de intervenção urbana e/ou arte-ativismo.

Além de uma seleção de grupos que têm papel fundamental na arte da capital paulista, o encontro é oportunidade para uma reflexão sobre os rumos da arte contemporânea e das práticas artísticas colaborativas.

PRODUÇÃO ARGENTINA

O quadrinista argentino Liniers ganhou uma retrospectiva na Caixa Cultural do Rio de Janeiro até 9 de setembro. São mais de 500 tirinhas, além de livros, animações, pôsteres, cadernos de viagens e pinturas que podem ser vistas gratuitamente. O nome da exposição é inspirado na série *Macanudo*, que Liniers publica no jornal *La Nación*. Depois do Rio, a mostra segue para a Caixa Cultural do Recife.

O melhor do francês recente

A edição 2012 do Festival Varilux de Cinema Francês vai chegar a 30 cidades brasileiras e a mais de 40 salas de cinema, exibindo o melhor da safra recente.

Na abertura será exibido o premiado *Intocáveis* (*Intouchables*), de Olivier Nakache e Eric Toledano. O longa foi o fenômeno absoluto de bilheteria na França em 2011, um dos filmes mais vistos na história do cinema francês, levando às salas mais de 20 milhões de pessoas.

Entre outros importantes títulos que o festival traz estão produções exibidas no último Festival de Cannes (2012), como *Adeus Berthe – o Enterro da Vovó* (*Adieu Berthe ou l'enterrement de Mémé*), de Bruno Podalydès, e *Alyah*, de Elie Wajeman.

Também será a première de filmes que serão lançados em breve no mercado brasileiro, como *Cloco*, de Florent-Emilio Siri; *E agora, para onde vamos?* (*Et maintenant on va où?*), de Nadine Labaki; *Uma garrafa no mar de Gaza* (*Une bouteille à la mer*), de Thierry Binisti, e *Um evento feliz* (*Un heureux événement*), de Rémi Bezançon.

A programação completa pode ser conferida em variluxcinefrances.com.



EPOPEIA DE AURORAS

Após presenciar sua primeira aurora boreal, o fotógrafo americano Chad Blakley não parou mais de fotografar o céu noturno, principalmente quando o fenômeno acontece. Ele montou um site, o lightoverlapland.com, para promover seu vídeo de 14 minutos. Lá estão compiladas 2 mil horas de gravações que fez de auroras boreais no Parque Nacional Abisko, no norte da Suécia, desde 2009.

Blakley orgulha-se de ter imagens totalmente livres de edição e correção de cores. "Acredito que você deva ver as auroras como eu vi, e me comprometi a compartilhar essa maravilha da natureza na sua forma natural", escreveu no site.

SESSÃO PIPOCA

O site Films for Action listou 100 documentários para inspirar a mudança de paradigma de nossa sociedade, estimulando o progresso do tão falado desenvolvimento sustentável. Os títulos passam por clássicos como *The Corporation*, que critica o atual sistema econômico e a falta de ética das empresas, até filmes

sobre permacultura. Também está na lista *Inside Job*, que ganhou o Oscar de melhor documentário em 2010 com uma análise para lá de ácida sobre os negócios especulativos que levaram à crise financeira global de 2008.

O único filme brasileiro da lista é *Uma Verdade Conveniente: Soluções urbanas de Curitiba*. Nele é apresentada a forma como a gestão pública local provou ser possível resolver as mazelas das grandes cidades de forma criativa e, melhor, usando pouco recurso financeiro. Os exemplos exibidos no documentário podem ser aplicados na maioria das metrópoles ao redor do mundo. Acesse pelo link bit.ly/AobJKL.

[ECONOMIA VERDE]

Vento da **discórdia** | Parques eólicos sofrem resistência no Nordeste GISELE NEULS



O mercado da energia eólica não para de crescer em todo o mundo. Por aqui, sua participação na matriz elétrica deve pular dos atuais 0,5% para 5,4% em dois anos, quando os parques eólicos passarão a entregar mais de 7 mil megawatts (MW) ao sistema nacional. Ainda é pouco, se comparado com os 25 mil megawatts de capacidade instalada na China, segundo maior produtor de energia eólica no mundo. Mas, pelas estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no ritmo atual a produção eólica brasileira poderá passar dos 11 mil MW já em 2016. A boa notícia, entretanto, tem sido ofuscada por denúncias de desrespeito às comunidades litorâneas e de impactos negativos no ambiente costeiro.

Os problemas parecem mais acirrados no Ceará e chamaram a atenção da organização internacional Carbon Trade Watch, que publicou em maio um relatório sobre os impactos da tecnologia nas comunidades costeiras [1]. As usinas cearenses detêm mais da metade da potência instalada no País. Os atuais 518 MW de potência instalada no estado pularão para 1.818 MW até 2016, quando entram em operação os contratos feitos nos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de 2009 a 2011. O investimento total é de R\$ 6,3 bilhões, com participação importante de investidores portugueses e espanhóis.

São 69 usinas com energia contratada nos leilões, distribuídas em 17 parques eólicos. Maria do Céu de Lima, coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais na Universidade Federal do Ceará (UFC), diz que a construção das plantas eólicas segue a mesma lógica dos grandes empreendimentos hidrelétricos da Amazônia. “A condição de instalação e localização desrespeita o que há de mais elementar do ponto de vista dos direitos das comunidades”, afirma. Erguidas nos pontos mais altos das dunas,

várias construções bloqueiam o acesso dos pescadores a lagoas, praias e até mesmo a locais comunitários como cemitérios.

Em um artigo publicado recentemente na *Revista Franco-Brasileira de Geografia*, Antônio Jeovah de Andrade Meireles, do Laboratório de Geoecologia da Paisagem da UFC, mostra uma série de impactos ambientais provocados no litoral cearense. Entre os problemas estão construções em área de preservação permanente, desmatamento e terraplanagem em dunas fixas, compactação de dunas móveis, aterramento de lagoas sazonais, impermeabilização e compactação do solo e alterações na dinâmica de lençóis freáticos [2]. Para o pesquisador, faltam monitoramento integrado e análise dos impactos cumulativos das dezenas de plantas eólicas espalhadas pelo litoral. Ou seja, a energia é limpa, mas os parques eólicos estão sujos.

“É isso mesmo, as plantas estão sujas porque não houve discussão com as comunidades que iriam passar 20 anos do lado delas”, reconhece Adão Linhares Muniz, representante da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) na Câmara Setorial de Energia Eólica do Ceará. Quando as primeiras usinas chegaram, no início da década de 2000, diz ele, vieram pelas mãos de investidores que não conheciam a realidade local e não perceberam a importância de dialogar com as comunidades. “A presença daquele monstro não foi combinada nem mesmo com as administrações municipais”, afirma. Os municípios não foram preparados para entender os impactos negativos, tampouco os positivos, como aumento na arrecadação do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios.

Na época, a reboque do apagão, o estado flexibilizou a legislação para acelerar o processo de instalação de pequenas centrais elétricas a carvão, passando a pedir apenas um relatório simplificado de impactos, regra que valeu também para as eólicas. Mas Muniz diz

que isso está mudando. Por meio da Câmara Setorial, empresários e governo estão estabelecendo regras mais claras de licenciamento ambiental, nos mesmos moldes exigidos de outros empreendimentos, como os estudos e relatórios de impacto ambiental, estudos arqueológicos e patrimoniais. Muniz também afirma que, junto com a ABEEólica, o setor está investindo em campanhas de esclarecimento nos municípios e em diálogo com as comunidades.

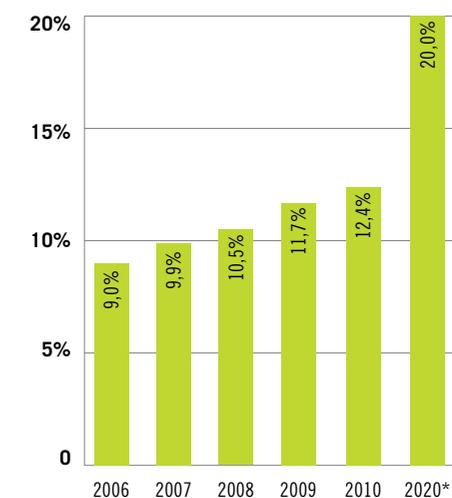
Para Camila Garcia, do Instituto Terramar, não é o suficiente. As comunidades precisam de benefícios imediatos e de uma revisão séria na relação das empresas com as populações locais. Segundo ela, o cenário ideal seria aquele em que as populações costeiras fossem ouvidas desde o processo de planejamento dos parques eólicos. “É necessário que o conhecimento tradicional das comunidades sobre o ambiente influencie a construção das novas plantas.”

Cresce **consumo** de renováveis na Europa

Em 2010, 12,4% da energia consumida na União Europeia foi produzida à base de fontes renováveis. Os dados divulgados no fim de junho pelo Eurostat, o órgão oficial de estatísticas do bloco, mostram o crescimento progressivo do consumo dessas fontes, que em 2006 era de 9%. O melhor desempenho foi o da Suécia, com 47,9% de fontes renováveis no consumo total de energia do país, seguida de Letônia (32,6%), Finlândia (32,2%), Áustria (30,1%) e Portugal (24,6%). Reino Unido e Holanda estão na outra ponta do gráfico, ainda criticamente dependentes das fontes sujas. Em ambos, as fontes renováveis responderam por menos de 4% da energia consumida.

O bloco está perseguindo a meta de 20% de participação de energia renovável em seu consumo energético total até 2020. Há, também, meta para o setor de transportes usar 10% de combustíveis renováveis até 2020. O acordo prevê que os países-membros elaborem planos de ação nacionais, estabelecendo caminhos para o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, incluindo a bioenergia e critérios de sustentabilidade para os biocombustíveis. Em comunicado divulgado no início deste ano, a Comissão Europeia afirma que as metas serão alcançadas e, possivelmente, superadas até 2020. Confira os dados em bit.ly/MocaZ1. (GN)

PARTICIPAÇÃO DAS FONTES RENOVÁVEIS NO CONSUMO ENERGÉTICO DA UE



[1] Disponível em bit.ly/NABDWe [2] Mais que um monte de areia, as dunas são barreiras contra a ação de ondas e tempestades no litoral. Elas acumulam e filtram muita água e são fundamentais para a recarga dos aquíferos, além de abrigarem inúmeras espécies de plantas e animais

Dilemas do cacau certificado

Demanda crescente do Japão

esbarra em escassez de produto com selo no Brasil JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

O mercado de cacau convencional certificado do Brasil vive um paradoxo. Há demanda crescente pelo produto, mas ainda não se consegue garantir volumes regulares em contratos de longo prazo. De 2009 a 2011, a Delfi Cocoa, empresa de Cingapura que possui fábrica em Itabuna, alcançou a proeza de fornecer subprodutos de cacau certificado da Bahia, como o líquido, para dois chocolateiros japoneses. As amêndoas foram fornecidas integralmente pelas empresas Fazendas Reunidas Vale do Juliana, de Igrapiúna, e M. Libânio, de Gandu. Ambas tiveram seu cacau certificado pelo Imaflora com o selo da Rainforest Alliance, que segue os critérios da Rede de Agricultura Sustentável. Trata-se de regras bastante rigorosas quanto às legislações ambiental e trabalhista e a práticas agrícolas mais sustentáveis, embora admitam a aplicação de agroquímicos, com incentivo à manutenção da mata nativa, que é utilizada para sombrear o cacau no sistema cabruca. “O cabruca não é uma exigência para a

certificação, mas quem o mantém adapta seu cultivo mais facilmente às regras do selo”, explica Matheus Couto, do Imaflora.

Tudo ia bem no comércio com os japoneses, até que os acionistas da Vale do Juliana, de propriedade da família Odebrecht, decidiram no fim de 2011 reestruturar o modelo de cultivo de cacau. Com isso, nos próximos três a quatro anos o fornecimento de cacau certificado para a Delfi e clientes diretos no exterior declinará das 450 toneladas anuais (até 2011) para menos da metade. Nesse período, o cacau velho será substituído por variedades mais produtivas em consórcio com seringueira. A projeção da empresa é de que o rendimento médio de 600 quilos de cacau por hectare suba para cerca de 3.000 quilos. “A medida foi necessária para aumentar a rentabilidade do negócio e gerar recursos para novos investimentos. Mal cobrimos os custos com uma produtividade de 600 quilos”, comenta Leonardo Sorice, diretor da Vale do Juliana,

assinalando que o cacau cabruca – perto de 40% da área do produto – será preservado.

Para compensar a queda nas entregas, a Delfi precisou recorrer a amêndoas de boa qualidade e de origem socioambiental responsável de outros produtores e cooperativas, diz Patrícia Moles, diretora-geral da Delfi no Brasil. A Delfi prevê comprar este ano 300 toneladas de cacau certificado das duas empresas baianas, 200 a menos que em 2011. Graças ao acordo com os japoneses, é possível pagar aos produtores um adicional de 30% no ágio já pago sobre o preço do cacau baiano.

Mas a valorização do selo ainda enfrenta barreiras. “A indústria brasileira de chocolate não se mostra disposta a pagar prêmios pelo produto certificado”, observa Couto. Nas suas exportações diretas para a indústria de chocolate fino, a M. Libânio também não é recompensada. “Os importadores europeus não pagam acréscimo

específico pelo selo”, reclama Eimar Sampaio, diretor da M. Libânio.

Uma das estratégias para ampliar a oferta de cacau com o selo é efetuar a certificação em grupo para cooperativas de pequenos produtores. Há a expectativa de que o Imaflora certifique até o próximo ano grupos de produtores das cooperativas de Gandu (Bahia) e de São Félix do Xingu (Pará).

No processo de preparação das cooperativas para a certificação, um dos destaques é a instalação de estufas solares para a secagem das amêndoas no lugar do uso de lenha. Além da assistência técnica do Imaflora, os dois projetos também contam com apoio da Delfi, que já compra cacau das duas cooperativas pagando preços superiores aos de mercado. No caso da cooperativa de Gandu, há, ainda, a parceria com o Instituto Cabruca, de Ilhéus (BA), cujo objetivo é incentivar a manutenção do sistema cabruca como meio de proteger a Mata Atlântica.



CDP amplia transparência de seus relatórios

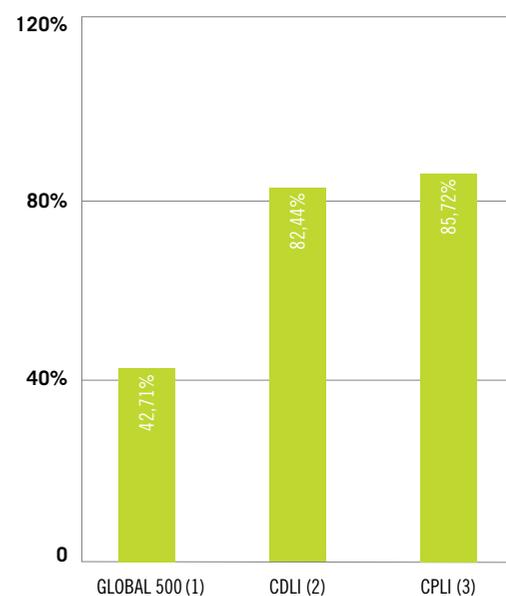
As versões brasileira e latino-americana de 2012 do relatório do Carbon Disclosure Project (CDP) apresentarão pela primeira vez uma relação com as dez melhores respostas das empresas por ordem alfabética. Os relatórios serão lançados, respectivamente, nos dias 25 e 26 de outubro em São Paulo. Em ambos, as notas individuais concedidas às empresas não serão divulgadas, como já ocorre no relatório *Global 500* da organização (o próximo será divulgado em 12 de setembro).

“Passamos a implementar a metodologia de pontuação do CDP no Brasil em 2011, mas as notas foram comunicadas apenas para as empresas de forma confidencial”, observa Juliana Lopes, gerente regional do CDP para a América Latina.

São avaliados pelo CDP a abrangência e o detalhamento das respostas das companhias quanto à gestão de suas emissões de gases-estufa. As empresas mais bem avaliadas nesse quesito são inseridas no Carbon Disclosure Leadership Index (CDLI).

Complementa o CDLI outro índice, o Carbon Performance Leadership Index (CPLI), que inclui empresas que também tomam medidas positivas para diminuir suas emissões. As ações de empresas que integram os dois índices têm registrado evolução nas bolsas muito superior ao do *Global 500* do *Financial Times*, como mostra o gráfico. Mais informações em cdproject.net. (JAGP)

VALORIZAÇÃO % EM US\$ ENTRE 2005 E MAIO DE 2011



(1) 500 MAIORES COMPANHIAS INCLUIDAS NO ÍNDICE GLOBAL DO FINANCIAL TIMES. (2) CARBON DISCLOSURE LEADERSHIP INDEX (3) CARBON PERFORMANCE LEADERSHIP INDEX FONTE: BLOOMBERG/CDP ELABORAÇÃO: PÁGINA 22

ENTREVISTA YOON SEUNG-JOON

CARTÃO NA COREIA DO SUL INCENTIVA O CONSUMO VERDE

O governo da Coreia do Sul notabiliza-se mundialmente por suas políticas de estímulo à produção e ao consumo de produtos verdes. No coração dessas políticas, encontra-se o Instituto de Tecnologia e Indústria Ambiental da Coreia do Sul (Keiti, na sigla em inglês), que, entre outros objetivos, promove a exportação de tecnologias limpas e o desenvolvimento de projetos de certificação e incentivo ao consumo sustentável, como o cartão de crédito verde. O presidente do Keiti, Yoon Seung-Joon, falou sobre o cartão a PÁGINA 22 logo após um painel de alto nível sobre produção e consumo sustentáveis durante a Rio+20. JAGP

Quem está promovendo o cartão de crédito verde?

O Ministério do Meio Ambiente e meu instituto conceberam a ideia, mas a operacionalização do cartão foi discutida com instituições financeiras, fabricantes de produtos verdes, lojas de departamentos e varejistas em geral. O governo editou regulamentos para a emissão desse cartão, mas ele é operado pelas companhias de cartões de crédito.

Há informações sobre a adesão da população a esse cartão?

O cartão foi lançado em julho de 2011. Em apenas 11 meses, 3 milhões de cartões foram emitidos. O número representa 12% da força de trabalho de nosso país, que beira 25 milhões de pessoas. Há cerca de 2.000 tipos de cartões crédito circulando no mercado. O cartão que era mais popular entre os sul-coreanos possui 300 mil usuários. Portanto, o cartão verde já supera em dez vezes o cartão mais popular da Coreia do Sul.

Como é o sistema de pontuação do cartão?

Há três tipos pontuação. O consumidor ganha pontos no cartão quando economiza eletricidade, água e gás em sua casa, reduzindo emissões de gases de efeito estufa. Também ganha pontos quando utiliza o transporte público e compra produtos verdes.

O que as pessoas fazem com os pontos?

Elas podem trocar os pontos por dinheiro no caixa eletrônico dos bancos. Ou pode usá-los para pagar impostos e contas. Ou pode doar para campanhas ambientais.

Existem outros países que também adotaram esse tipo de cartão?

Creio que é o primeiro cartão desse tipo

no mundo. Aqui, na Rio+20, houve grande interesse de alguns países pela ideia, como Taiwan.

Além do cartão de crédito verde, o governo criou outros instrumentos para incentivar o consumo de produtos mais sustentáveis?

Temos uma política de compras públicas sustentáveis. Uma lei nacional de 2005 obriga organizações públicas a comprar produtos verdes. Isso inclui os governos central e locais, escolas públicas e companhias estatais.

No Brasil, um entrave às compras públicas sustentáveis é o temor de o funcionário público de ser acusado de comprar produtos mais caros. Como esse aspecto é tratado por vocês?

A lei determina a aquisição de produtos verdes pelas entidades públicas, mesmo que sejam mais caros. De qualquer maneira, hoje há mais concorrência entre fabricantes de produtos verdes e metade dessas mercadorias é vendida a preços similares aos dos produtos convencionais. Duas décadas atrás, quando introduzimos o esquema de selos ecológicos, a situação era muito diferente. Os produtos eram mais caros e de baixa qualidade. Isso mudou completamente.

Por um Setor Zero

POR LETICIA FREIRE E THAÍS HERRERO

Mais que educador popular, antropólogo e folclorista, **Tião Rocha** é um desses mineiros bons de prosa, que aprecia o saber local. Fundador do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento, Rocha sempre acreditou que o desenvolvimento comunitário genuíno não nasce de políticas públicas impostas pelas agendas macro, mas, sim, da própria gente. “O arroz com feijão da discussão tem de estar onde as pessoas vivem. Enquanto acharmos que política pública é coisa de governo, ainda estaremos pensando dentro da caixa.”

À procura de soluções para os mais diversos problemas nas comunidades em que atuou, aprendeu a enxergar a metade cheia do copo pela via criativa. Sem dogmas, pensou fora do quadrado, criou a pedagogia da roda, fez de um pé de manga uma sala de aula e inventou jogos educativos.

Das experiências acumuladas ao longo da jornada, contadas nesta entrevista, ficou a certeza de que a real transformação virá de um “setor zero”, legitimado pela sociedade e baseado na ética pura. “Para tudo nós dizemos ‘isso é do governo, isso é do mercado e isso é da sociedade’. Precisamos de um Setor Zero, no qual os indivíduos são os produtores de políticas públicas não governamentais. É o salto fundamental.”



Antropólogo, educador popular, folclorista, é fundador e presidente do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), organização não governamental criada em 1984, em Belo Horizonte

TV BRASIL

Em um mundo tão integrado e conectado pela globalização, qual o valor de ações comunitárias pontuais?

Pensar no desenvolvimento em uma escala micro, de comunidade ou bairro, é mesmo um contraponto à lógica do desenvolvimento global. Só que essa globalização toda nem sempre se aplica ao dia a dia das pessoas que têm de viver sua rotina no bairro, de vida comunitária e familiar.

Falar da globalização, de grandes economias e commodities nos deixa num campo etéreo. Claro que isso é uma parte da vida, mas o arroz com feijão da discussão tem que estar onde as pessoas vivem. Pensar no desenvolvimento local é trabalhar com recursos locais em torno da lógica internacional. Não o contrário.

Mas isso é muito difícil, Tião. É quase uma utopia?

É uma construção coletiva.

Se é coletiva, como convencer a sociedade da importância do microsistema e fazer com que as pessoas se engajem mais pelo que é comum, ou seja, de todos?

Há muitos anos, aprendi em Moçambique que, para educar uma criança, era necessário convocar toda uma aldeia. A responsabilidade da educação das nossas crianças não é nem do Estado, nem da escola, nem de instituições. É de todos. Como convocamos esse todo é a questão.

Salvar uma criança da morte neonatal também é um projeto de saúde e é para toda a comunidade. Não é um projeto de doença – se fosse um projeto de doença, chamaríamos os médicos e dialogaríamos com os hospitais. Mas, em um projeto de saúde, é preciso convocar as pessoas e estabelecer uma pauta de ação.

No Vale do Jequitinhonha, por exemplo, construímos cidades sustentáveis formadas por dois projetos articuladores. Um deles era chamado “Meu Lugar É Aqui”, e era para pensarmos em todas as possibilidades de realizações humanas, de cidadania e de valores do lugar em que as pessoas moram. O outro se chamava “Cuidando dos Tataranetos”, porque temos que deixar um lugar melhor para os que virão e não teremos tempo de conhecer. É uma lógica de que uma cidade é sustentável para que as pessoas queiram viver ali.

Em sua pedagogia, o senhor fala de que é preciso fazer dos espaços “microcomunidades de aprendizagem”. O que é isso?

O conceito surgiu quando nós do CPCD [Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento] nos perguntamos se seria possível fazer educação sem escola, se daria para oferecer boa educação, como dizemos, “debaixo do pé de manga”. Eu trabalhava em uma cidade em que não havia escola suficiente para as crianças. Mesmo quando havia, elas não ficavam lá, porque eram expulsas, não conseguiam aprender, repetiam de ano e abandonavam os estudos. Que futuro esses meninos podiam ter? Teriam de esperar uma escola que os acolhessem? Várias gerações se perderam nessa espera. Quando a gente se perguntou se era possível fazer educação sem escola, a primeira coisa foi desconstruir a ideia de que educação e escola são sinônimas. Escola é um meio e educação é um fim.

A escola debaixo do pé de manga se mostrou eficaz. Provamos que era possível fazer educação sem escola, mas que era impossível

fazer boa educação sem bons educadores. Percebemos que a comunidade era uma unidade educativa com potencialidade forte e passamos a educar as pessoas dessas comunidades como educadores.

Uma das ideias que tivemos é que não queremos mais tirar meninos das ruas. A rua é o lugar da festa, do esporte, da manifestação política, religiosa, da comemoração do futebol. A rua é a cidade que as crianças devem ocupar. São espaços permanentes de aprendizado.

O senhor trabalha fundamentalmente com gente. Gente, nós, humanos. E deve ter visto muita transformação acontecer dentro de uma comunidade ou cidade.

Sim.

Nesses anos todos em que o senhor vem trabalhando com pessoas, o que pode dizer sobre os líderes? Um líder pode ser criado com treinamento? Ou ele surge naturalmente dos processos de provocação e conversa na comunidade?

Não é como a criação de produto ou de uma obra de arte, mas há um processo pelo qual a liderança se forma. Quando descobri que só era possível fazer boa educação com bons educadores, a pergunta seguinte foi: “Onde estão os bons educadores?”. Percebi que, infelizmente, eles não estavam dentro das universidades ou nos centros de formação, mas que eu poderia formar esses profissionais. Comecei, junto ao CPCD, a investir nas pessoas para que elas pudessem primeiro se enxergar como educadores.

Outro processo de liderança passa pela transformação de um “bando de gente” – um grupo disforme e sem identidade – em um grupo com identidade e capacidade de ser uma equipe. Quando se tem uma equipe, há articulação para uma finalidade, como um time que joga um jogo. É nesse processo que surgem lideranças e talentos.

Que “jogo” é esse?

É o jogo da transformação social e esse time vem jogar de outra forma. Ele exercita um outro olhar e aprende a não encarar a comunidade pelos problemas e pelo lado vazio do copo. Quem faz isso é o IDH [Índice de Desenvolvimento Humano], que apenas mostra onde há carências, sem mudar nada no mundo. Carência é um conceito tão estranho, tão esvaziado... Quem diz o que é carente é só a lógica do econômico, mas carente somos todos nós: carentes de política, de ética, de dignidade na vida pública.

Ao olhar para o lado vazio do copo com o IDH, a solução é enchê-lo de fora para dentro. Quando se aprende a olhar para o lado cheio – e ele sempre tem um pouquinho de conteúdo – usamos o que se chama IPDH, que é o Índice de Potência de Desenvolvimento Humano.

Isso mede quatro capacidades em uma comunidade: de acolhimento (não deixar ninguém de fora), de convivência, (*diversidade cultural e solidariedade social*), de aprendizagem (*de conhecimento, habilidades e atitudes*) e de oportunidades. Quando as pessoas treinam para olhar o lado luminoso de uma comunidade, aparecem lideranças.

Todo esse trabalho está ligado ao empoderamento local. Esse empoderamento deve estar mais voltado para a formação do educador ou para a formação da comunidade?

Pelas duas [vias]. A cidade chamada sustentável deve ter quatro coisas: compromisso ambiental e respeito ao planeta; satisfação econômica (produzir riqueza para que as pessoas estejam satisfeitas); valores humanos e culturais; e empoderamento local. No sertão, chamamos isso de “empodimento”. É como se as pessoas falassem “quer dizer que nós pode? Não sabia que nós podia” (*risos*). Esse é o momento em que elas descobrem sua potência e seu poder; é o ponto fundamental da transformação de uma comunidade, porque reflete uma transformação de postura ética.

Quando o cidadão diz “nós pode” e assume o controle, há um rompimento com a lógica de divisão em três setores. Para tudo nós dizemos “isso é do governo, isso é do mercado e isso é da sociedade”. Mas precisamos é criar o “Setor Zero”. Para ser comandado pela ética. Por uma questão ética é que vamos zerar a violência, a degradação ambiental, o analfabetismo e a corrupção.

O “empodimento” aloca os indivíduos como produtores de políticas públicas não governamentais. É o salto fundamental. Enquanto acharmos que política pública é coisa de governo, ainda estaremos pensando dentro da caixa.

E como fazemos para que as pessoas entendam que política pública não é uma questão imposta pelo governo, mas que nasce na comunidade?

Isso é algo construído dia a dia com muita conversa de roda, muito aprendizado e uma estratégia de trabalho. Por exemplo, uma de nossas tecnologias [no CPCD] é a MDI – Maneiras Diferentes e Inovadoras. É um exercício em que você coloca uma encrenca diante de MDIs para descobrir soluções. Uma comunidade pode ser questionada sobre como acabar com o analfabetismo, com a mortalidade infantil ou como podemos criar uma cidade sustentável. O MDI leva a caminhos diferentes da lógica comum e as pessoas pensam fora da caixa. Quando isso funciona, elas se abrem a experiências. Em Araçuaí há um projeto consistente de uma cidade sustentável, onde você nem escuta falar da eficiência do poder público. É como se não tivesse prefeitura lá.

Como se organiza essa cidade em que o poder público é a própria força da cidadania?

Eu não preciso de um prefeito para ter uma cidade sustentável.

Preciso de pessoas. Em Araçuaí, questionamos por que aquela comunidade que tinha 120 famílias não era sustentável. Não tinha água, as pessoas só viviam do corte de cana e diziam que era porque não havia alternativas de trabalho. Eu disse: “Se continuarem pensando dentro da caixa, não teremos mesmo alternativa”. Aquela região do Vale do Jequitinhonha virou uma área exportadora de mão de obra para o trabalho escravo. Para ganhar um salário mínimo, é preciso cortar 14 toneladas de cana. É um abuso.

Isso é a força do macro atuando e reprimindo um micro, não?

Por isso é preciso entrar na lógica da solução, não do fracasso. Todo mundo é treinado para pensar no problema e pensar que só há um jeito de mudar, que é por meio do mesmo sistema.

O objetivo era levar água para aquela comunidade [em Araçuaí, 36 mil habitantes] e para isso havia 2 caminhos. Ou ir até o governo e correr o risco de levar anos para a água chegar lá. Ou atuarmos nós mesmos. Juntos, chegamos à ideia de captar água da chuva e, hoje, todas as casas de Araçuaí têm cisternas de captação. Nenhuma instituição foi lá. O trabalho foi feito com mutirões e tecnologias que nós conhecemos. Além de água limpa, temos lá banheiros secos, hortas e estamos recuperando 138 nascentes do estado. As pessoas sabem onde estão as nascentes e quais plantas que são mais úteis para plantar. Não é um compromisso com o estado, com a prefeitura, é nosso. Isso é o empodimento. As pessoas não sabiam que podiam tudo isso.

Para chegar aí, no empodimento, há o processo anterior de diálogo. Como ter um diálogo empático com as pessoas e não uma conversa de domínio ou controle, ou superioridade de quem chega lá para empoderar a comunidade?

A diferença básica entre o professor e o educador é que o professor ensina e o educador aprende. O educador é capaz de ouvir e ser aprendiz. Por isso educação é um plural: eu e o outro – que não é menos que eu. E o aprendizado é uma troca entre o que se tem e o que não se tem, entre como o outro pensa, como faz, como sente. Se o educador não aprende isso, tem dificuldade de ensinar, porque as pessoas são diferentes, não desiguais.

A escola debaixo do pé de manga em uma pequena cidade de Minas Gerais dá certo, mas como pensar nisso para o Brasil todo?

Levar uma pedagogia, uma experiência como a escola do pé de manga, para o resto do Brasil, é um desafio mais amplo. Só que cerca de 95% das cidades brasileiras têm menos de 50 mil habitantes, então dá para pensar em desenvolvimento local sustentável. Para chegar nisso, claro, que é um processo longo.

Então, a solução para o desenvolvimento sustentável é focar em pequenas cidades ou podemos pensar em uma escala de centros urbanos mais complexos?

São Paulo, por exemplo, é uma cidade insustentável, onde é preciso mudar todo o modelo de transporte, de energia etc. O que fazer com esta cidade? Dividi-la em micropedaços para que as pessoas fiquem nesses lugares. As pessoas devem ficar mais próximas dos empregos. Se um habitante da periferia leva quatro horas para chegar no emprego e só volta para casa à noite, ele não

Não preciso de um prefeito para ter uma cidade sustentável, mas de pessoas

tem nenhum vínculo com sua comunidade. Ele não mora lá, ele mora no trânsito.

É possível reconstruir um pequeno grupo ou uma vizinhança com uma nova lógica de cidade, mas leva tempo. Pense em um local como Parelheiros [distrito no extremo sul de São Paulo]. Tem gente que mora lá e nem conhece o Centro de São Paulo, de tão distante que fica. É possível construir lá uma cidade sustentável e dar condições para que as pessoas morem, trabalhem e vivam lá. Só que é outra lógica, diferente da que hoje predomina de viver em grandes cidades como é São Paulo ou o Rio de Janeiro – essa maluquice que está aí.

E quanto à noção de pertencimento das pessoas com suas cidades e seus bairros?

Se você mora fechado em um condomínio e não conhece quem está no andar de cima ou do outro lado da rua, então, você não pertence a lugar algum. Você está lá como as outras pessoas, vivendo como uma pequena ilha em si mesmo. Criar senso de pertencimento em uma comunidade pressupõe um mínimo de contato, em que as pessoas digam pelo menos bom-dia e boa-tarde e tentem conversar e compartilhar algumas coisas. É preciso criar convivência. O que significa “comunidade”? É viver com o mundo.

E quais são os indicadores de pertencimento? Se não tem associação de bairro, grupo de jovens, clube de oração, de futebol, grupo de festa, então, as pessoas não pertencem a nada. Criar esses espaços de convivência é uma condição legal para que elas comecem a falar que pertencem a algum lugar.

É uma condição fundamental, mas quantos espaços de convivência as crianças e os jovens têm? Outro dia, conversando com uma garota, perguntei se ela participava de algum trabalho da comunidade. Ela disse que estava em 250 comunidades. Achei que era um milagre! Até entender que eram comunidades do Orkut! (risos). Essa menina não participa de nada em sua cidade. Está perdidinha por aí. Se não há uma igreja, um grupo de futebol, de vídeo, então o que as pessoas fazem onde vivem? O que fazem nos fins de semana?

Mas o pertencimento a comunidades virtuais não tem, ao menos, o valor de ser uma forma para que as pessoas se conheçam, se comuniquem? Não há como negar que a rede é uma plataforma para ação no mundo real? Tem o caso emblemático da Primavera Árabe.

Acho que isso foi um momento muito pontual. Geralmente, somos pertencentes a uma rede virtual que nos articula quando temos interesses. Mas as pessoas entram e depois vão embora.

Falta mais comprometimento nas ações do mundo virtual?

Exato. Transformação social exige uma plataforma e continuidade em uma causa que envolva as pessoas. Por exemplo, no Brasil é comum que, após uma enchente ou um incêndio, articule-se uma rede de solidariedade que consegue uma tonelada de objetos para doação. Passados alguns dias, ninguém mais fala do assunto e não se discutem as verdadeiras questões envolvidas, como a da habitação em áreas de risco e a da degradação ambiental. Não há nada de errado em mobilizar milhares de pessoas pelas redes sociais, o problema é não manter o engajamento.

Uma das críticas feitas à atuação de organizações socioambientalistas é que, apesar de todo o esforço, parece não existir uma continuidade e uma linearidade nas propostas de ação feitas. Fica a impressão de que os grupos não levantam a mesma bandeira, ainda que no fundo defendam uma mesma causa. Como a gente poderia integrar os grupos? Existe uma bandeira que poderia ser levantada por todos?

É por isso que falo da criação do Setor Zero, para ter a ética na base das ações. Se todos nós – movimentos ambientalistas, sociais, da educação – adotássemos como centro norteador a Carta da Terra, teríamos o mesmo objetivo. Esse documento foi a coisa mais importante que o século XX produziu. Foi um consenso extraordinário entre mais de 4.500 instituições de 185 países, com uma síntese de 16 princípios norteadores da vida, passando pela questão da educação, da economia, entre outros. Se todo o currículo educacional, da pré-escola até o pós-doutorado, se baseasse na Carta da Terra, teríamos uma formação de profissionais muito mais comprometidos. Imagine se médicos, policiais, padres tivessem os princípios da Carta da Terra em sua formação!

O senhor fala muito dessa formação educacional menos voltada para o mercado e mais para a vida. Como pensar a formação de um cidadão integral, que é aberto para a vida, mas sem deixar de lado a educação formal, que o sistema ainda exige e o mercado ainda demanda?

O ser humano nasceu para quatro coisas: ser feliz, ser livre, ser educado e ter saúde. Se isso é um fim, a escola é um meio. A escola pública brasileira, que já foi aparelho ideológico do Estado durante a ditadura, hoje é aparelho do mercado. Mas a questão é de que mercado estamos falando. É o ético? O solidário? De respeito à natureza e às pessoas? Não. É o mercado do lucro a qualquer preço, o que te incentiva a passar a perna na outra pessoa para se dar bem. A escola não sabe como ensinar para um modelo diferente. Fica preparando o aluno que vai entrar na universidade para trabalhar e ganhar mais dinheiro, só isso. Está errado. O aluno tem que ser formado para ser um cidadão da Terra, da vida. E, no trabalho, ele tem que estar a serviço disso. Isso já está mais do que explicado. O que precisa é colocar isso na pauta, retomar todos os dias a discussão. Dizer que ainda dá tempo para sair dessa crise, que não é um compromisso para as próximas gerações e, sim, para nós. ■

Se você não conhece o vizinho da frente, você não pertence a lugar nenhum

[ESTALO] Uma nova ideia por mês

Como nossos ancestrais... Técnica agrícola usada há milênios foi revista e adaptada para aproveitar a água da chuva e permitir uma produção abundante em áreas desérticas **POR THAÍS HERRERO**

As técnicas de agricultura evoluíram muito desde que o homem descobriu como produzir fogo e os alimentos que consumia. Foram milhares de anos de tentativas, erros e aprendizagem para que se descobrisse como cuidar da terra, plantar, quando colher e como aproveitar a água. Hoje o domínio sobre a natureza é tanto que o homem produz até sementes geneticamente modificadas – e gera muita polêmica por isso.

Só que toda evolução parte de uma ideia anterior que não deve ser desconsiderada. A sabedoria antiga pode ser valiosa. E, por saber disso, o professor israelense Pedro Berliner retomou o pensamento de uma técnica usada por povos ancestrais para propor um uso mais eficiente da água em sistemas agrícolas. Ele é especialista em cultivo em terras áridas e diretor do Instituto para Pesquisas sobre Deserto Jacob Blaustein, da Universidade Ben-Gurion, no Negev, em Israel.

Berliner pesquisou e adaptou a forma como os nabateus aproveitavam ao máximo a água das chuvas para suas plantações. Esse povo viveu há 2 mil anos em terras onde hoje estão Jordânia, Israel, Síria e Arábia Saudita, regiões onde a questão hídrica sempre foi problemática.

O método de Berliner propõe que a plantação seja feita em fileiras e entre elas passem sulcos que servem como um reservatório para a água da chuva. A folhagem entre as fileiras diminui a evaporação da água, permitindo que ela permaneça por mais tempo na terra. O cultivo de leguminosas em partes dessas fileiras também é indicado, já que a folhagem que cai na terra e se decompõe transforma-se em um ótimo fertilizante natural.

Um pouco diferente disso, os nabateus faziam sua plantação em áreas circundadas por diques que escoavam a chuva em direção às árvores no geral frutíferas. Os profundos diques eram construídos antes da época chuvosa – o que poderia significar apenas algumas precipitações. Com isso, a população sobreviveu numa área desértica



e com os diques protegeu sua rota de comércio – eles transportavam perfumes e especiarias da Arábia Saudita, por meio de camelos, pelo porto de Gaza.

Não foi a primeira vez que o sistema dos nabateus foi copiado. Após serem dominados pelo Império Romano, no ano 106, o método foi disseminado em regiões como o Norte da África, e até hoje pode ser visto em uso na Tunísia. Depois da invasão romana, a cultura nabateia se perdeu entre a cultura dos novos habitantes e o território acabou dividido por outros povos invasores ao logo do século III.

Berliner acredita que sua técnica adaptada pode ajudar populações de áreas ameaçadas pela desertificação e países em desenvolvimento, já que é fácil de ser implementada. Ele afirma que uma comunidade inteira pode sobreviver apenas com a água da temporada de chuvas. Por isso tem viajado pelo mundo disseminando sua técnica e já fez parcerias com pesquisadores e agricultores do Quênia, da Índia, do Uzbequistão e Turcomenistão e do México pondo em prática seu método.

ENVELHAÇÃO

Desde 1976 Berliner trabalha com o chamado contínuo solo-planta-atmosfera, estudo das relações hídricas das plantas.

O conceito considera um ciclo interligado o movimento da água do solo para o interior das raízes, para interior das plantas e, por fim, da planta para seu exterior na forma de vapor. “Fiquei intrigado pelo fato de que povos que viveram 2 milênios atrás entenderem conceitos básicos desse movimento e terem desenvolvido a agricultura em zonas áridas. Isso me instigou a testar as técnicas antigas”, disse em entrevista à PÁGINA22.

O ato de inovar utilizando antigas ideias, como o que Berliner fez, é conhecido como “envelhação” (envelhecimento + inovação) e foi tema da reportagem de PÁGINA22 “O futuro do pretérito”, na edição 56. Berliner concorda com o termo. “É extraordinário como povos que viveram há muito tempo sem embasamento teórico para analisar processos físicos e biológicos fossem capazes de criar sistemas de agricultura muito eficazes”.

Ele observa, no entanto, que nem todo sistema antigo possa ser adaptado para os tempos atuais, porque a densidade populacional aumentou muito, pressionando a produção de alimentos e a produtividade das terras. E ressalta: “Mesmo que uma técnica de agricultura antiga não possa ser usada exatamente como antes, ainda tem muito a ensinar”.

De volta pra casa

Após as discussões sobre os desafios globais na Rio+20, é hora de empoderar o cidadão como protagonista de mudanças no seu entorno

POR MAGALI CABRAL FOTOS AMANDA ABAD

Depois de um sobrevoo pelo planeta, que permitiu uma visão global dos desafios para o desenvolvimento sustentável em pauta na Rio+20, chegou a hora de voltar pra casa, reintegrar-se à rotina, reajustar o olhar no derredor e praticar o que alguns autores apelidaram de “glocalismo”, ou seja, voltar-se para o local, enquanto a dinâmica transformadora global segue seu curso. Afinal, como disse o economista chileno Sergio Boisier, durante sua passagem pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão da ONU, desenvolvimento é um fenômeno dependente de uma trajetória e historicamente evolutivo, que se inicia sempre em um lugar ou em vários, mas nunca em todos.

Na prática, o desenvolvimento sustentável local depende fundamentalmente da construção de uma rede de participações. Será que o Brasil está conseguindo fazer essa lição de casa? Os desafios são muitos e começam pela necessidade de fortalecer e disseminar pelo País o conceito de “empoderamento”, segundo o qual o cidadão deixa de ser apenas um contribuinte demandante do poder público e se torna um protagonista de iniciativas capazes de mudar não só a sua própria história, mas a do seu entorno.

O território é um cenário importante nesse exercício do “empoderamento”, pois, além de servir como suporte para as atividades econômicas, deve ser ocupado também para provocar

transformações. Um singelo exemplo é a surpreendente interação de moradores da região central de São Paulo com o Elevado Costa e Silva, o “Minhocão”, uma abominável estrutura viária erguida cerca de 40 anos atrás, que nos fins de semana é transformada em uma festiva área de lazer.

As cidades estão repletas de talentos individuais facilitadores de ações comunitárias que, quando encontram outros talentos complementares, podem transformar realidades, sem necessariamente esperar por iniciativas de prefeituras ou dos estados, embora a participação do agente público também seja importante no encadeamento das redes sociais.

Segundo Cecília Ferraz, coordenadora do programa de Desenvolvimento Local do GVces, deve-se cobrar e buscar, sempre, a efetiva presença do poder público. “Não tenho dúvida de que cidadãos agindo em conjunto transformam realidades. Mas, para alcançarmos mudança de realidade e novos patamares de desenvolvimento, precisamos das políticas e iniciativas dos agentes públicos”, afirma.

São Paulo, assim como várias outras cidades brasileiras, possui uma infinidade de iniciativas comunitárias emblemáticas, que se adiantaram à prefeitura, como as dos bairros Jardim Ângela, Jardim Maria Sampaio e Morro do Querosene, que, entre tantas outras, dão uma ideia das conquistas possíveis (*mais em reportagem à pág. 30*).

O objetivo é a criação de redes ampliadas, mas sempre a partir da perspectiva das potencialidades locais

Muitas das histórias de sucesso, entretanto, por falta de articulação com instâncias que poderiam replicá-las, acabam fechadas em si mesmas. Há exceções – caso da Rede Nossa São Paulo, que já levou o programa Cidades Sustentáveis para as cinco regiões do País –, mas não em quantidade suficiente para formar uma rede nacional de desenvolvimento local. Mesmo porque a soma pura e simples de projetos locais não faz uma estratégia nacional, como ensina Ignacy Sachs, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris.

PANO DE FUNDO

Um bom retrato de como deve processar-se o desenvolvimento sustentável local é o de uma “colcha de retalhos costurada com unidade e consistência”, conforme sugere a geógrafa Denise Kronenberger, da Universidade Federal Fluminense, no livro *Desenvolvimento Local Sustentável – Uma abordagem prática*. Cada projeto local posto em prática é representado por um pedaço de tecido, cujas cores e padronagem revelam sua identidade e seu diferencial de competitividade. Um mesmo retalho/projeto pode ser harmoniosamente replicado em um ou em vários outros locais, mas sempre com respeito às culturas locais e regionais.

A chave para que o desenvolvimento local ganhe robustez está na “costura” que une os vários projetos, formando uma forte e ampla rede social, que pode ter dimensões sub-regionais, estaduais, ou chegar ainda mais longe. “O desenvolvimento local não exclui nem impede conexão com as redes regionais e mundiais. Ao contrário, o objetivo é a criação de redes ampliadas, mas sempre a partir da perspectiva das potencialidades e necessidades locais”, explica a geógrafa.

A articulação entre os locais pode ser facilitada por um sistema de governança que proponha a criação tanto de novas formas de gestão mais flexíveis como de novas instituições responsáveis por gestões intermunicipais voltadas para o desenvolvimento regional. O economista e professor da PUC-SP Ladislau Dowbor cita alguns modelos de organizações intermediárias entre o Estado, o mercado e a sociedade que podem cumprir esse papel de instrumentalizar as estratégias de desenvolvimento local: consórcios de municípios, comitês de bacia hidrográfica, pactos, conselhos e agências regionais.

O agrônomo Paulo Cesar Arns, membro do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), com sede no Recife, lembra que, para fortalecer a governança em torno de

projetos comuns, que contribuam com o desenvolvimento local, é necessário apoiar também o fortalecimento do capital humano e social. Voltando à analogia da colcha de retalhos, isso significa a capacitação das “costureiras” para que escolham a linha e o ponto mais adequados ao tipo de tecido com o qual se está trabalhando.

RECURSOS E TECNOLOGIA

Para manter essa rede de articulação bem robusta, são necessários alguns instrumentos econômico-financeiros. Nos últimos anos, surgiram várias propostas alternativas ao sistema financeiro usual para alavancar pequenas atividades locais. Uma das mais populares e eficazes é o microcrédito, que consiste em empréstimos de baixo valor destinados exclusivamente à produção: investimentos e capital de giro. Essa modalidade é um dos principais caminhos apontados para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU (*mais sobre os ODM à pág. 39*). Os bancos comunitários também ganharam espaço nos últimos anos. Já existem 80 deles no País, quase todos com metodologia do pioneiro Banco Palmas, de Fortaleza (*mais em reportagem à pág. 36*).

De todos os elos importantes que ainda restam para uma articulação eficiente dos movimentos locais não se podem esquecer: os centros de ponta e incubadoras tecnológicas ligadas a instituições de ensino e pesquisa, que levam capacitação e ferramentas científicas importantes para a profissionalização dos microempreendedores; as empresas que efetivamente lançam um olhar responsável sobre as comunidades impactadas pelo negócio; e o poder público, que, além de suporte financeiro e logístico, contribui com a institucionalização de projetos exemplares.

O economista Sérgio Besserman, que atualmente preside a Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, identifica um pano de fundo sustentando toda essa articulação: o conhecimento. Em sua opinião, o século XXI oferece aos cidadãos participantes de processos locais, regionais ou globais a oportunidade de acessar conhecimento e de compartilhá-los a partir de seus interesses e suas visões de mundo. “A possibilidade de estarmos todos conectados tem uma força transformadora enorme, seja por meio de uma rede tangível, com atores locais, seja por meio de uma rede intangível, entre pessoas ao redor do planeta”, afirma o economista. ■

[OPINIÃO]

Carta à sociedade | Do ganha-ganha pré-histórico, passando pelo ganha-perde dos últimos 10 mil anos, o século XXI pode instaurar o ganha-ganha pós-moderno, com base na democratização do conhecimento **POR ROSE MARIE MURARO***



Escrevi um artigo sobre o meu mais recente livro publicado, *Reinventando o Capital/Dinheiro*, que mostra a visão completamente nova da economia e explica o atual sistema sob um ponto de vista que nem a economia liberal nem o marxismo conseguiram mostrar até hoje.

Para resumir um artigo de 14 páginas em duas, quero começar dizendo que, como estão fazendo todos os povos, rejeitei o modelo econômico vigente e, para sustentar minha argumentação, usei três tipos de paradigmas. No primeiro, chamado ganha-ganha, o “dinheiro” (concha, gado etc.) era usado apenas como medida de escambo, não gerando juros. Essa prática constituiu o primeiro paradigma da economia humana e durou praticamente 200 milhões de anos.

Logo a seguir, temos o segundo paradigma, que é o ganha-perde, em que o dinheiro gera juros e, com isso, a desigualdade e a violência. Dessa forma, vivemos por 10 mil anos, incluindo o período de desenvolvimento agrário dos impérios e a Revolução Industrial. Ambos, ao meu ver, têm as mesmas características, ou seja, são destrutivos e se desenvolvem de maneira exponencial, apoiados pela velocidade voraz da tecnologia.

Esse recorte vem até o século XXI,

instaurando o terceiro paradigma, que será o ganha-ganha pós-moderno, que procura valorizar a democratização do conhecimento, mas de maneira infinitamente superior ao ganha-ganha da Pré-História. E isso é o que querem todos os povos que protestam nas ruas contra o autoritarismo e a violência do segundo paradigma.

Este artigo trata especificamente do terceiro paradigma, mostrando que, caso ele venha a dominar o mundo como desejam todos os povos que aqui estão, é preciso que o dinheiro mude de natureza e não gere nem juros nem desigualdade. A comunicação, nesse caso, exerce papel fundamental para transformar conhecimento e informação em um ativo intangível livremente acessado por todos nós.

É isso o que queremos: democracia, dinheiro que não gera juros, governança mundial, moedas alternativas locais e moeda alternativa internacional, destruindo todas as mazelas do segundo paradigma. Trata-se, de curto modo, de dizer que, se não conseguirmos chegar ao novo paradigma ganha-ganha, seremos obrigados a engolir o violentíssimo paradigma perde-perde do qual nenhum de nós escapará.

Por último, tenho algumas considerações a fazer. Quando uma pessoa do primeiro paradigma não passa para o segundo, como é o caso de negros e ameríndios, ela se torna cidadã de segunda classe e estagna. O contrário aconteceu quando se vai passar do segundo para o terceiro paradigma.

O segundo paradigma, que ainda é o dominante, reprime violentamente aqueles que querem encaixar-se no terceiro. Nesse quadro se encontra a grande maioria da juventude mundial, que deseja uma distribuição justa do dinheiro.

É clamorosa a injustiça do segundo paradigma no mundo inteiro. Mas as juventudes se revoltaram, como estamos vendo. Eles, jovens, são a grande força transformadora do planeta. Mas não se pode ter um terceiro paradigma sem a mudança da natureza do Estado, que deve ser realmente democrático, e do dinheiro, que não pode mais gerar juros, mas, sim, prosperidade e abundância a todos os envolvidos nos processos diretos e indiretos da economia global.

* **UMA DAS PIONEIRAS DO FEMINISMO NO BRASIL. AUTORA DE MAIS DE 35 LIVROS SOBRE ECONOMIA BASEADA NA COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE, É FUNDADORA DO INSTITUTO CULTURAL ROSE MARIE MURARO**

Cidades de papel?

A coalizão C40 anuncia metas ambiciosas, mas cidades líderes do grupo, como São Paulo, não cumprem compromissos de suas políticas climáticas **POR LUIGI PARRINI**

No papel, a cidade de São Paulo é uma das pioneiras no mundo em adotar uma legislação local com metas ambiciosas para a diminuição nas emissões de gases de efeito estufa. Com essa tacada de mestre, a prefeitura paulistana ganhou peso político no C40, sigla de Climate Leadership Group. Trata-se de uma coalizão de 59 cidades – incluindo as 40 mais populosas do planeta – que se reúnem periodicamente para trocar experiências sobre ações locais de mitigação dos gases-estufa e que tem sido lembrada como um bom exemplo de governança local diante da morosa e burocrática agenda das Nações Unidas (ver quadro à pág. 28).

Entretanto, a atuação (ou inação) da prefeitura paulistana em temas cruciais para a luta contra as mudanças climáticas, como o do transporte público, parecem cravar um mar de distância entre o ativismo da administração municipal no C40 e a realidade urbana cada vez mais caótica na maior cidade da América do Sul.

O C40 realizou um dos eventos paralelos da Rio+20 de maior repercussão na opinião pública, com a presença de prefeitos de cidades emblemáticas como Nova York (Estados Unidos), Seul

(Coreia do Sul), Lagos (Nigéria), Johannesburgo (África do Sul), Heidelberg (Alemanha), Rio, São Paulo e Curitiba.

Na ocasião, o C40 anunciou que as ações conjuntas de seus membros resultarão no **corte** de 248 milhões de toneladas de gases causadores de efeito estufa até 2020, e de 1 bilhão de toneladas até 2030 – a quantidade de emissões atuais de México e Canadá combinados. O grupo também anunciou a criação de uma Rede de Resíduos Sólidos, em parceria com o Banco Mundial e o governo americano, para auxiliar técnica e financeiramente ações locais que visam reduzir emissões de gás metano.

Em termos de metas e compromissos, o conjunto de iniciativas locais é mais dinâmico e assertivo que as discussões em âmbito global. Mas a distância entre planos e ações coloca em dúvida a eficácia dos membros do C40 em implementar os compromissos assumidos nos eventos públicos dessa inovadora coalizão de cidades.

Em São Paulo, por exemplo, o cumprimento das metas es-

▮ A redução dessas emissões deverá ocorrer em relação ao cenário convencional, ou *business as usual*, em que não são tomadas medidas de mitigação dos gases-estufa

tabelecidas pela Política Municipal de Mudança do Clima está aquém do ideal. A ambiciosa meta de redução para o ano de 2012, lavrada em lei de junho de 2009, prevê a diminuição em 30% das emissões antrópicas (geradas por humanos) de gases de efeito estufa, medidos em CO₂ equivalente, em relação ao patamar apurado pelo inventário realizado pela prefeitura em 2005 [1].

O prefeito Gilberto Kassab, em entrevista a uma rádio de São Paulo durante a Rio+20, disse que as metas não serão cumpridas em sua plenitude, mas ressaltou ações que vão ao encontro desse compromisso, como o aproveitamento energético dos gases emitidos pelos aterros [2]. *(A reportagem tentou agendar entrevistas com representantes da prefeitura sobre o cumprimento das metas, mas não obteve retorno satisfatório. Sua assessoria de imprensa limitou-se a informar que o novo inventário de emissões em curso apontará se as metas estão sendo cumpridas.)*

O assunto foi objeto de estudo de caso apresentado pela cidade na conferência do C40 como um dos principais destaques das ações paulistanas de combate às mudanças climáticas. Embora os projetos energéticos nos aterros sanitários sejam importantes e bem-vindos, o inventário de 2005 revela que 88,78% das emissões provenientes do uso de energia são provocadas pela queima de combustíveis fósseis, colocando em evidência o problema da matriz energética usada no transporte urbano.

Segundo especialistas, a política paulistana de mobilidade –

fundamental para a diminuição nas emissões de gás carbônico na capital paulista – está na contramão do discurso do C40. “O principal elemento que interfere nesse assunto, que é a emissão de CO₂, deveria estar dentro de uma política de priorização do transporte coletivo e não motorizado”, diz Nabil Bonduki, arquiteto e professor de Planejamento Urbano da FAU-USP. “Não se nota, porém, um portfólio de investimentos da prefeitura em diferentes modais de transporte coletivo”, emenda Renato Boareto, gestor ambiental e ex-diretor de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades. Para ele, a expansão tímida das malhas metroviária e ferroviária é fruto de uma “terceirização” do problema para a esfera estadual, sem participação efetiva da gestão municipal.

Boareto, assim como Bonduki e Kazuo Nakano, arquiteto e urbanista do Instituto Pólis, assinalam o abandono da atual gestão no que diz respeito à implantação de corredores de ônibus, em colisão com duas das extensas metas da Política Municipal de Mudança do Clima: prioridade do uso do transporte público coletivo e implantação de medidas de ganho de eficiência e ampliação da integração intermodal (entre diferentes tipos de transporte).

O gestor ambiental aponta um tripé de políticas promotoras do transporte coletivo que não estão sendo priorizadas pela administração paulistana: implantação de redes cicloviárias, de corredores de BRT (Bus Rapid Transport, sistema de transporte rápido por ônibus em corredores exclusivos) e de medidas para desestimular o uso do carro, como o fechamento de ruas para o trânsito de automóveis.

Ao contrário das outras duas cidades brasileiras que fazem parte do C40, Boareto não enxerga em São Paulo um “desenvolvimento institucional e de infraestrutura” que estabeleça um novo padrão de mobilidade urbana em favor da redução dos gases-estufa. Para ele, a cidade do Rio de Janeiro, dentro do tripé proposto, está à frente da capital paulista ao construir quatro corredores de BRT, o chamado “ligeirão” – um deles em operação desde junho –, e ao ampliar e aprimorar sua rede de ciclovias e de aluguel de bicicletas, além de realizar ampliações das linhas de trem e metrô e implantar um sistema de bilhete único, a exemplo do que está em vigor em São Paulo desde 2004.

A prefeitura carioca articulou oito projetos em parceria com o C40, embora não tenham ainda sido inseridos no site da entidade. Entre eles estão projetos para reduzir a pegada de carbono da frota de veículos que fazem coleta de resíduos e a troca de experiências com outras cidades sobre revitalização urbana. Vale lembrar que a cidade também aprovou uma Política Municipal sobre Mudança do Clima em 2011, com metas de redução de gases de efeito estufa igualmente em relação aos níveis de 2005: 8% (2012), 16% (2016); e 20% (2020) [3].

Curitiba, que, assim como o Rio de Janeiro, também não incluiu suas iniciativas no site do C40, encontra-se em um patamar superior em termos da discussão sobre a mobilidade urbana, avalia Boareto. A capital do Paraná possui a maior rede de BRT do País, promoveu seu crescimento urbano em torno dos eixos de transporte público e fomenta uma maior discussão pública de sua gestão ambiental e urbana. A maior participação da sociedade civil

Teoria de ação coletiva

Entre as teorias que tratam da participação de grupos organizados da sociedade, ganhou significativa visibilidade a Teoria de Ação Coletiva, proposta pelo economista norte-americano Mancur Olson, em 1965.

A teoria afirma que grupos de interesse pequenos têm maior chance de influenciar e agir na obtenção de um bem público, como a redução das emissões de gases causadores de efeito estufa, do que grupos grandes, pois seus membros tendem a considerar seu poder irrisório e não se mobilizam para a consecução de uma meta que, no entanto, beneficiará a todos.

A necessidade de um grupo organizado ou instituição que sirva como guia para a execução das ações para alcançar esse bem comum exige uma mediação entre a racionalidade individual e a racionalidade coletiva, que não é naturalmente, segundo a teoria, fruto da primeira.

Para Kazuo Nakano, arquiteto e urbanista do Instituto Pólis, é a sociedade civil organizada que pode induzir a uma mudança nas políticas públicas de São Paulo, para que sejam mais alinhadas com as ações propostas pelas metas da Política Municipal de Mudança do Clima. “A sociedade é dinâmica, mas o governo não corresponde. É um tensionamento nada produtivo”, diz.

Uma iniciativa da prefeitura de São Paulo que visa ser uma ponte com a sociedade civil dentro da ideia de planejamento urbano é o SP 2040, plano de desenvolvimento que, de acordo com o site do projeto, busca “construir uma visão estratégica de longo prazo para o município de São Paulo, com análises e proposições focando um horizonte temporal para o ano de 2040 e também objetivos intermediários para 2025”.

A apresentação do plano e o debate com a sociedade é uma das etapas. O SP 2040 contemplará um seminário internacional e uma série de oficinas regionais para debates referentes aos resultados das etapas anteriores, visando aperfeiçoar o plano e a visão de futuro desejada, para harmonizá-la de acordo com os interesses da população paulistana. O grau de organização da sociedade civil definirá o alcance e a profundidade desses debates.

A política paulistana de mobilidade está na contramão do discurso feito no âmbito do C40, apontam especialistas

organizada reforça a importância da ação atomizada nos rumos de políticas de interesse coletivo, como mostra quadro acima sobre a Teoria de Ação Coletiva.

PARA ALÉM DO TRANSPORTE

As críticas à ineficácia da política climática em São Paulo não param na questão do transporte e da mobilidade urbana, visto que a lei estabelece metas em outras áreas afetadas pelas mudanças climáticas além de energia: construção, uso do solo, resíduos sólidos e saúde.

Algumas iniciativas da capital paulista foram apresentadas com menor destaque do que aquelas relacionadas aos aterros sanitários na conferência do C40 no Rio, como o programa de inspeção veicular, um plano diretor de drenagem para combater as enchentes e a ampliação de áreas verdes. Mas faltam políticas mais integradas e substanciais, observam especialistas que acompanham o desenvolvimento urbano da cidade.

No tema dos resíduos sólidos, é grande a cobrança popular pela ampliação do sistema de coleta seletiva. Medidas tomadas nesse campo refletem a falta de sintonia entre as autoridades e os

cidadãos. Ao comentar a instalação dos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) em São Paulo, Bonduki critica a linguagem visual utilizada nesses equipamentos, que, segundo ele, nem mesmo esclarece o que pode ou não ser depositado nos contêineres. “É um projeto confuso. Não acredito que tenha algum significado na coleta seletiva da cidade.”

Nakano menciona a falta de preocupação do poder público municipal com o estabelecimento de moradias adequadas e não vulneráveis a enchentes e deslizamentos. “A forma de produção das moradias não busca um padrão de urbanização incluyente”, diz, apontando a perpetuação das favelas e a construção de conjuntos habitacionais que “reproduzem modelos da década de 1970, precários e periféricos”.

A situação se agrava quando se trata da ocupação de rios e córregos. Nesse caso, assiste-se ao agravamento do processo de impermeabilização do solo e da exclusão territorial de populações com menor poder aquisitivo. Para o urbanista, por mais positivas que sejam iniciativas como o C40, as discussões ainda não estão alinhadas com as agendas de execução. “É preciso reinventar e fortalecer as formas de democracia participativa”, afirma. [2]

Raio X do C40

O que é: organização de grandes cidades de todos os continentes que compartilham experiências e se comprometem a implementar ações sustentáveis locais para resolver o problema global das mudanças climáticas.

Quantas cidades participam: 59, sendo três brasileiras (Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo) e oito sul-americanas (as três brasileiras mais Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Lima e Santiago). Juntas, representam quase um quinto do PIB mundial e 12% das emissões globais de CO₂.

Quando surgiu: em Londres, no Reino Unido, em outubro de 2005. O prefeito à época, Ken Livingstone, reuniu representantes de 18 metrópoles para estabelecer ações e parcerias para a redução de emissões de gases causadores de efeito estufa. Batizado C20, em 2006 passou a chamar-se C40 por reunir as 40 cidades mais populosas – sigla que se convencionou manter apesar das sucessivas mudanças no número de cidades participantes.

[1] Acesse a íntegra da lei em bit.ly/P6BWpJ [2] O áudio está disponível em glo.bo/Ok4HNE [3] Confira a lei carioca em bit.ly/MBHbgY



Em plena São Paulo S.A.

Exemplos colhidos na megalópole mostram um movimento, ainda que pulverizado, de resistência à lógica de dominação privada do espaço público

POR MÔNICA C. RIBEIRO ARTE DORA DIAS

A quem pertence a cidade? Em um lugar que continuamente devota suas ruas ao transporte individual e à especulação imobiliária, alguns grupos mostram que a cidade pode ser reapropriada e ressignificada.

Esta reportagem colheu na maior metrópole brasileira exemplos de resistência que vão desde a ocupação de espaços públicos até a promoção de alterações em projetos de operações urbanas na cidade, ao tombamento de terrenos e à criação de agências de fomento à cultura local. São iniciativas que trazem em si o poder de transformar realidades locais – mas ainda esbarram em questões sobre como gerar recursos para a gestão e se transformar em modelos replicáveis.

Muitas delas usam financiamento coletivo por meio de sites de *crowdfunding* [1], ou mesmo editais públicos para viabilizar as atividades, e já trabalham com multiplicadores e redes para que os processos tenham continuidade e ganhem maior escala.

Primeiro de julho, Elevado Costa e Silva, popularmente conhecido como Minhocão. A estrutura que corta o Centro de São Paulo, desde sempre nas discussões

sobre urbanismo e ameaçada pela possibilidade de demolição, amanhece coalhada de bandeirinhas. A Festa Junina do Minhocão transformou o que seria mais um pacato domingo no elevado: milhares de pessoas participaram de brincadeiras típicas do meio-dia às 9 da noite. A festa é um dos eventos do **Movimento BaixoCentro**, que tem como lema “*As ruas são pra dançar*” e busca incentivar a ocupação do espaço público.

A arquiteta Grasi Drumond, uma das organizadoras da festa, mora a duas quadras do Minhocão, e diz que uma das preocupações era a de que o evento mobilizasse pessoas do lugar.

“Desde o começo fomos de porta em porta, falamos com moradores e síndicos. Teve gente que nos cedeu ponto de luz. Penduraram bandeirinhas nas varandas dos prédios. Um senhor colocou uma faixa na janela do seu apartamento que dizia ‘Voltem sempre.’” Uma página do Catarse, site de *crowdfunding*, conseguiu levantar R\$ 9.540, doados por 270 apoiadores. A mobilização para organizar a festa se deu no Facebook e em uma rede de emails, de forma horizontal e participativa.

O Elevado já tinha abrigado piqueniques no Festival

As atividades do Movimento BaixoCentro são registradas por meio de uma cobertura colaborativa, com vídeos, fotos e textos, disponíveis em muro.baixocentro.org

[1] Mais sobre *crowdfunding* na reportagem “A produção do desencanto”, edição 60

No Movimento Boa Praça, há 37 agentes certificados aptos a replicar o modelo

BaixoCentro. Lucas Pretti, da Casa de Cultura Digital, rememora como surgiu o movimento: de um trabalho que a Casa estava fazendo sobre produção cultural no País; da vontade de recuperar o Teatro Paiol e de mapear a produção cultural no Baixo Centro. Da leitura sobre a trajetória do grupo Provo, movimento holandês contracultural da década de 1960, veio a forma de ocupação. “Estamos na verdade falando do direito à cidade”, define.

“CUIDADORIA”

“A gente criou uma chamada pública pra quem quisesse trazer atividade que pudesse ser feita na rua. Em vez de trabalhar com o conceito de curadoria, a gente trabalha com o de “cuidadoria”. O artista também precisava ajudar na produção. A gente pensa a participação mais como uma mobilização civil”, diz Malu Andrade, da organização do festival.

O festival conseguiu se viabilizar utilizando o Catearse e um leilão de arte. Mas o movimento se mostra refratário a financiamento do poder público ou de empresas que possam colocar limitantes à sua atuação no território, e estuda novas formas de obter recursos para dar continuidade às ações.

Na Zona Oeste da cidade, outro movimento de ocupação se consolida, o Boa Praça (boapraça.wordpress.com). Atuando nas praças Amadeu Decome, François Belanger e Paulo Schiesari, é uma iniciativa de moradores dos bairros Alto de Pinheiros, Lapa, Vila Romana e Vila Anglo para revitalizar praças por meio da ocupação. Desde 2009 organizam-se atividades e piqueniques comunitários no último domingo de cada mês. As pessoas levam comida e bebida para a mesa comunitária e os eventos são abertos ao público.

“Praça é um espaço que precisa de ocupação, senão fica degradado, acaba gerando um círculo vicioso prejudicial que trabalha pelo não uso”, diz Dionizio Bueno, educador e um dos articuladores do Boa Praça.

O movimento entende o espaço como de responsabilidade do poder público, mas assume sua cidadania incentivando a ocupação e o uso. “A gente tem que pensar muito bem no sistema de adoção de praças [por organizações privadas]. Isso provoca na comunidade a sensação de que já existe alguém cuidando daquele

espaço, então não é preciso se preocupar. Vai no caminho contrário do que a gente prega, que é o cuidado compartilhado,” define.

A Praça Paulo Schiesari, na Vila Anglo-Brasileira, bairro nobre da região oeste paulistana, passou por uma reforma realizada pela prefeitura e orientada pelos moradores do entorno. Em conformidade com a leitura do livro *Projeto da Praça – Convívio e exclusão no espaço público*, do arquiteto Sun Alex, que pressupõe que “o convívio social no espaço público está intimamente relacionado às oportunidades de acesso e uso”, os integrantes do movimento perceberam que algumas características arquitetônicas da praça dificultavam a sua utilização.

Os moradores, então, conseguiram articular uma emenda de um vereador para viabilizar a reforma e envolveram a comunidade no redesenho da praça. O projeto básico do que se queria foi encaminhado para a prefeitura, que executou a obra, incluindo novos acessos e conexões no entorno.

O movimento não possui constituição formal e é composto por cerca de dez pessoas, que organizam as atividades e não têm planos de expansão para outras praças. Mas está aberto a levar a experiência a outros grupos. O Boa Praça teve ainda um projeto de formação de agentes socioambientais locais financiado pelo Fundo Especial de Meio Ambiente (Fema), da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Foram certificados 37 agentes, que estão aptos a multiplicar o modelo.

À MARGEM

Indo para o Sul da cidade, outra iniciativa – o Imargem – toma praça no Grajaú, o mais populoso dos 96 distritos da cidade de São Paulo, e dono das menores taxas de desenvolvimento. O projeto é uma intervenção multidisciplinar que pretende enfrentar o isolamento das comunidades que vivem às margens da represa.

Imargem, como eles mesmos definem, é um conceito que une arte e território e teve início às margens da Represa Billings, com um grupo convidado pelo artista Mauro Sérgio Neri da Silva para articular intervenções estéticas – murais, esculturas, desenhos e palavras de ordem que convocam a “ver a cidade”. O movimento, que já teve apoio de vários editais públicos, é baseado em três eixos: arte, meio ambiente e convivência. A linguagem é o grafite, a arte urbana, mas trata-se de discutir o direito à cidade.

O processo acontece por meio dos chamados Agentes Marginais, que se articulam no território “das margens”. São artistas que vivem nos bairros do entorno da Represa Billings, nas bordas da Zona Sul, nas margens



e à margem da cidade. Mauro e o irmão, Wellington Neri da Silva, o Tim, estruturaram o movimento e se empenham na formação de novos agentes.

“Queremos um movimento político e artístico, que parta das bordas, do lugar de onde a gente está, e garanta que esse trabalho continue”, diz Mauro.

O projeto de formação dos Agentes Marginais também teve apoio do Fema. O Imargem se desenvolve no território da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia, no extremo sul de São Paulo – que abriga mananciais e remanescentes de Mata Atlântica, e ao mesmo tempo é a região da cidade mais pressionada pelo crescimento populacional.

“Falamos muito da terra, do lugar, das desapropriações que acontecem ali perto da represa, enfim, de toda essa história. Temos que resgatar a memória. A gente vem registrando a história e acho que ela vai ser contada de uma forma diferente daqui pra frente, por esses jovens que estão com a gente”, avalia Tim.

ECONOMIA COM ARTE

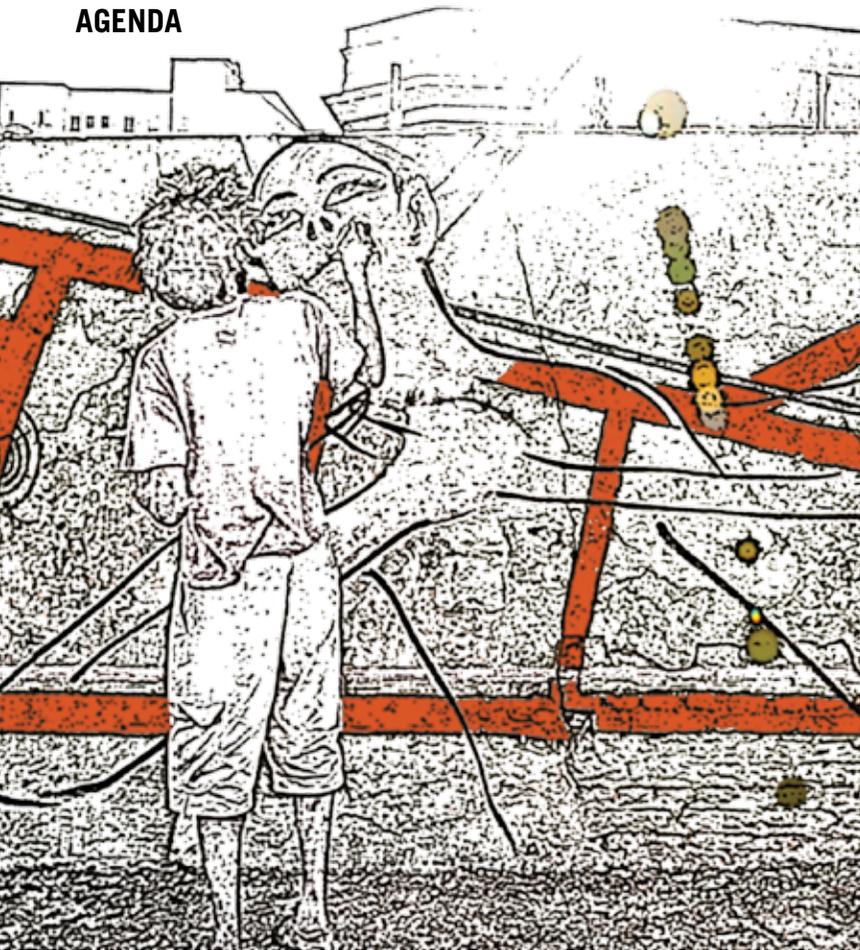
Também na Zona Sul da cidade, uma história é muito bem contada pelos atores da mudança: a constituição do movimento de mobilização do Jardim Maria Sampaio, em Campo Limpo, que vem desde a década de 1960 e começou com um grupo de mulheres. Um bairro composto de pessoas vindas do Norte e do Nordeste que se instalaram em esquema provisório, sempre com a ideia do retorno à terra natal, e esse provisório levou às lutas populares.

As novas gerações que se integraram à União Popular de Mulheres (uniaodemulheres.org.br) trouxeram outros olhares: “O movimento da economia solidária estava em um momento viciado, de ter sempre senhoras, costureiras, produtores de sabão, aquela coisa da miséria de alguma forma, e a gente entendia que era importante fomentar outros ciclos, como o ciclo da cultura”, diz Rafael Mesquita, há oito anos na União Popular de Mulheres. Inicialmente foi montada uma linha de crédito exclusiva, mas logo eles viram necessidade de entender as deficiências da produção artística local e montar um negócio que suprisse isso.

Surgiu então a **Agência Popular Solano Trindade**, calçada neste tripé: fomento a empreendimentos e ações culturais (fundo popular de cultura e linha de crédito); acesso aos meios de produção (criação de uma moeda “cultural”, o Solano); e comercialização (novos espaços comerciais, com a criação de uma **loja** para reunir as mercadorias – livros, livretos de cordel, roupas, artesanato, acessórios, CDs de música de grupos locais

▲ A agência hoje é um grande ponto de conexão e reunião entre as diversas manifestações culturais locais. A comunidade no Facebook conta com quase 2 mil seguidores: [facebook.com/agpopular.trindade](https://www.facebook.com/agpopular.trindade)

▲ A loja, voltada para a comercialização de produtos, chamada De Marca, situa-se na sede da União Popular de Mulheres, mas acompanha os eventos na região e aceita as três moedas que circulam na comunidade – Real, Sampaio e Solano



No Butantã, associação de moradores barrou construção de shopping

Conhecida por promover manifestações como bumba meu boi, capoeira, mamulengos, samba de roda, maracatu e grafite, a comunidade do Morro do Querosene conecta-se pelos laços culturais. A reivindicação dos moradores é que a chamada Chácara do Peabiru, ou Chácara da Fonte, seja transformada em um parque e haja espaço para um centro cultural que possa reunir essas manifestações.

A fonte que dá nome ao lugar, Peabiru, foi parada obrigatória de tropeiros e bandeirantes que iam de Itu para Santos e a cidade de São Paulo. Em março, a área foi tombada pelo Conpresp, órgão de patrimônio da prefeitura. A associação obteve também recursos do Fema para o desenvolvimento de um projeto de resgate da história do Peabiru.

Maria Cecília Pellegrini Góes, uma das diretoras da Associação Cultural do Morro do Querosene, afirma que o Butantã inteiro tem essa cultura de mobilização, não só o Morro do Querosene. “Em outros lugares também, na Água Podre, na Previdência, todos são mobilizados. Talvez por ter sido zona rural até 1930, as pessoas se conhecem. Ouso achar que também é o encontro dos vários caminhos, e que o Peabiru tem a ver com isso. Aqui tudo acontece na rua, nas festas”, diz ela, que integra o Conselho Regional de Meio Ambiente do Butantã e o Conselho do Fema. A mobilização cultural que une os moradores é também responsável por arrecadar fundos e assinaturas para abaixo-assinados.

Em maio deste ano, a comunidade do Butantã conseguiu mudar o traçado de um túnel previsto na Operação Urbana Vila Sônia, ligando as avenidas Corifeu de Azevedo Marques, Eliseu de Almeida e Jorge João Saad. Os moradores eram contrários a um túnel que passaria embaixo do Parque Previdência e terminaria na Praça Elis Regina. A prefeitura alterou o projeto.

Todos esses movimentos são unidos por uma premissa – a reapropriação do território como motor da mudança. A mobilização se faz com a atuação em redes, físicas e virtuais. Os resultados ecoam pela cidade, demonstrando que é possível vivê-la de outras formas, que ultrapassam a cultura da individualidade e da especulação imobiliária. [m2](#)

e arte urbana). Para se associar à agência, grupos ou indivíduos se cadastram no blog e participam da rede de trocas. Informam o que oferecem e os serviços que precisam consumir e recebem 300 solanos para dar início ao processo na rede. Hoje já são mais de 200 agentes de cultura integrados e cerca de 8 mil solanos injetados. *(mais sobre moedas comunitárias em reportagem à pág. 36)*

Também dentro da comunidade funciona há três anos o Banco Comunitário União Sampaio, que possui uma carteira de crédito de R\$ 18 mil. Seus administradores tentam ampliar esse número – entraram com projeto no Catarse (catarse.me/pt/bancouniaoampai) pedindo R\$ 20 mil. O limite do crédito vai até R\$ 1 mil e a maior parte dos empréstimos ainda é para fins de consumo. A moeda própria do banco, o Sampaio, lastreada no Real, insere-se timidamente na comunidade, aceita apenas em alguns estabelecimentos.

BOI NA LINHA

A cultura é também o motor da mudança no Butantã, onde a Associação Cultural do Morro do Querosene conseguiu barrar a construção de um shopping em uma chácara que abriga uma fonte do século XVIII. O terreno, de 35 mil metros quadrados, foi declarado de utilidade pública pela prefeitura graças à mobilização popular.

[COLUNA]

Na esquina da rua onde eu morava... O homem do jogo do bicho bradava, depois da missa, “Vai dar cobra”, embora ninguém lhe desse ouvidos. Afinal, quem queria apostar na cobra ao sair da igreja? **POR EDUARDO SHOR***

Na esquina da rua onde eu morava, houve durante muitos anos uma loja de calçados. Depois que não deu certo, abriu no lugar uma casa lotérica, apostando em melhor sorte nos negócios. O novo dono sempre quis dar passos mais largos com os sapatos que, naturalmente, já não ficavam expostos na vitrine. E as dezenas de número 37 a 44 bico largo foram as primeiras a saltar da sola do pé para os sorteios da loteria federal. Bingo!

A igreja na mesma rua acumulava toda semana 1 milhão, 5 milhões, 30 milhões de orações. A quantidade não dependia do aperto dos sapatos, mas, principalmente, da pressão nos bolsos. Logo que acabava a missa, os fiéis faziam fila na porta da casa lotérica, acreditando que as palavras dirigidas aos céus minutos antes pudessem, enfim, garantir-lhes um quinhão do paraíso aqui embaixo. O homem do jogo do bicho ainda bradava na esquina “Vai dar cobra”, embora ninguém lhe desse ouvidos. Afinal, quem queria apostar na cobra ao sair da igreja?

Ao lado da loja de calçados, havia uma peixaria bem antiga. Empresa de família, transmitida geração a geração. Mas... sabe como funciona? Filho de peixe nem sempre peixinho é. Quando o neto assumiu os negócios, a fonte secou. Não poderia haver, contudo, destino mais irônico para

uma peixaria do que o de se tornar loja de aquários. Assim, o lugar que vendia peixes mortos passou a vendê-los vivos, sem dica de preparo do salmão com cebolas e batatas, obviamente. Se a moda pega e açougue vira pasto, ou supermercado vira pomar, até que não seria má ideia para esverdear as metrópoles brasileiras.

A padaria perto da casa de onde me mudei chamava Janaína. As padarias da região, aliás, davam para ter nome de gente. Havia a Regina e continuavam a existir a Apolo e a Rita de Cássia. A Janaína fechou. E sempre refleti sobre esse insucesso. Imaginei se, além de diminuir os preços salgados, não faltou aos funcionários da padaria praticar a receita inversa das nomeações. Isto é, chamar os clientes pelos nomes das iguarias. Docinho de coco, bombinha de chocolate e pão de queijo seriam modos, com certeza, bem mais acolhedores.

Não esqueço também a autoescola, que ficava a poucos metros de um semáforo. No verde, a secretária abria as portas para os alunos entrarem. No vermelho, pedia para aguardarem. Como a rua era estreita e havia poucas vagas, os veículos especiais do curso de direção ficavam sempre estacionados sobre a calçada, ensinando aos futuros motoristas sobre o que não fazer no trânsito. No

fim das contas, a autoescola virou uma agência de crédito imobiliário – não que dirigir tenha saído de moda. Mas isso sugere que uma autoescola que estacione seus próprios carros na calçada não tenha muito futuro.

Na vizinhança, às vezes as coisas pareciam fora do lugar mesmo, ou o lugar fora das coisas. Ainda hoje, o dono da lanchonete ao lado da agência pendura uma placa de “passo o ponto”, todo abril. Em junho, ele retira a placa. Em agosto, torna a colocar, removendo-a novamente em novembro. Isso pra mim é estratégia de marketing. A freguesia se sente na obrigação de consumir os diversos quitutes do cardápio por pena do homem, querendo ajudar o comerciante a arrecadar fundos.

Em frente ao bar trabalha um sapateiro em sua pequena oficina. Na entrada, pendura cartazes com poemas que ele mesmo escreve. No entrelaçar dos cadarços dos calçados de couro e nos remendos da borracha, brotam os versos e as histórias, com cheiro de outros tempos. Somente depois de pegar o par que eu havia deixado ali para consertar, a visita à rua onde eu morava, na Zona Norte do Rio de Janeiro, pôde seguir, então, seus passos esquina a esquina.

*JORNALISTA



A solução

Banco Palmas transforma favela cearense em modelo de desenvolvimento local e exporta a ideia para dezenas de outras cidades. É um exemplo de como as finanças podem servir para azeitar os processos de governança local **POR MAGALI CABRAL**

Inconformado com a situação de pobreza extrema das centenas de famílias do Conjunto Palmeira, na periferia sul de Fortaleza, entre as quais a sua própria, uma conclusão inspirou Joaquim de Melo Neto Segundo há 14 anos: “A solução não virá de fora”. Na época, ele formou parcerias, conseguiu captar R\$ 2 mil em doações e criou um banco comunitário – o Banco Palmas –, instrumento financeiro solidário, de natureza associativa, que em poucos anos mudaria radicalmente a qualidade de vida no local.

O que era uma favela em 1998 hoje é um bairro urbanizado com 32 mil habitantes, cinco escolas, um posto de saúde, transporte coletivo e um banco – o Banco Palmas –, do qual os moradores são donos e cuja

carteira já soma R\$ 13 milhões. Em 14 anos foram gerados 1,8 mil postos de trabalho no bairro; anualmente são concedidos créditos no total de R\$ 400 mil para os empreendimentos locais; e os moradores podem pagar suas compras no comércio local usando a moeda complementar “Palma”, ou simplesmente mandando um SMS de seu próprio celular para o comerciante.

“O Banco Palmas é um ponto fora da curva”, avalia Felipe Bannitz, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), da FGV, que presta assessoria a comunidades que montam bancos comunitários – o País já possui 80 deles em operação e cerca de 20 projetos em fase de implementação, praticamente todos com metodologia transferida pelo Banco Palmas. O trabalho da

está aqui



incubadora é tentar neutralizar os pontos fracos da área de gestão dos novos bancos, que ainda não têm saúde financeira. O principal deles é a viabilidade econômica: “Bancos comunitários não devem depender de subsídios públicos, do contrário ficam vulneráveis”, afirma.

FERRAMENTAS

As diversas ferramentas financeiras usadas normalmente em projetos de desenvolvimento local estão presentes dentro de um banco comunitário. Portanto, quando se entende o mecanismo de funcionamento dos bancos, compreendem-se também as características de cada uma dessas ferramentas, com destaque para o microcrédito, a moeda complementar (também chamada de moeda social) e o correspondente bancário.

Os bancos comunitários são fruto de uma matriz endógena de desenvolvimento, aquela que se volta para o crescimento do mercado local (interno). Isso não significa permanecer fechado para o mercado externo (bairros ou municípios vizinhos), mas apenas aproveitar, antes de tudo, a potencialidade interna. Acompanhando os passos de Joaquim Segundo, é preciso inicialmente preparar um diagnóstico da economia do bairro, ou do município, que abrigará um banco comunitário.

Grosso modo, existe sempre uma movimentação

econômica em qualquer bairro ou favela, seja por meio dos salários, do Bolsa Família, do comércio local, seja até mesmo do tráfico de drogas. O problema, portanto, não está na entrada do dinheiro, mas, sim, na sua saída. O dinheiro entra, mas não circula internamente. Segundo Bannitz, “esse dinheiro se dilui no que eu chamo de ‘mar da concentração’, formado pelas grandes empresas e pelos grandes centros de consumo”. A missão de um banco comunitário é, portanto, estancar parcialmente essa vazão, a fim de provocar o aquecimento econômico local.

O diagnóstico, então, deve identificar duas características: a produção local, efetiva ou potencial, e o perfil de consumo da comunidade, apontando, sobretudo, a demanda reprimida, em outras palavras, quais produtos os moradores estão buscando fora por não encontrarem no local. Afinal, não adianta fomentar uma produção se não tem para quem escoá-la, assim como não adianta saber o que as pessoas consomem se não há produção local. “A partir desses dois mapeamentos, o banco está pronto para pôr a sua gangorra financeira para funcionar”, explica Bannitz.

A gangorra integra as duas estratégias, uma em cada ponta. De um lado, a que fomenta o consumo local, de outro, a que alavanca os negócios locais. Com isso, ao

O banco comunitário forma uma rede de ‘prossumidores’, onde todos são produtores e consumidores uns dos outros

▀ Mecanismo financeiro de inclusão para o atendimento dos clientes em estabelecimentos comerciais – farmácia, supermercado, lotérica, bancos comunitários, correios – em locais onde não exista assistência bancária

▀ Sistema de arrecadação de capital, por meio de financiamento colaborativo, para iniciativas de interesse coletivo por meio da agregação de múltiplas fontes, em geral pessoas físicas interessadas em tal iniciativa

mesmo tempo que a entrada de dinheiro na comunidade aumenta, a saída diminui, criando o que nas empresas é chamado de fluxo de caixa.

A MOEDA COMPLEMENTAR

Para estimular o consumo local, os bancos comunitários introduzem as moedas complementares, que só podem circular dentro da comunidade à qual pertence o banco. O mecanismo parte do princípio de que, quanto mais o dinheiro circula dentro da comunidade, mais riqueza local é gerada. Quando o Banco Palmas lançou a sua moeda, a “palma”, houve um estranhamento por parte do Banco Central. Logo em seguida, contudo, entendeu não se tratar de dinheiro paralelo, mas de uma solução criativa de combate à pobreza e de desenvolvimento local.

Entretanto, o BC impôs algumas condições para autorizar as operações: para cada unidade de moeda social, o banco comunitário tem de reter uma unidade em real; a moeda deve ser paritária ao real; deve ter livre aceitação; o banco deve oferecer um serviço de câmbio automático; e a circulação fica restrita ao bairro.

Mas o que levaria um morador a optar pela moeda social se 1 palma é igual a 1 real? O banco comunitário oferece alguns benefícios para tornar a moeda mais atraente que o real. Clientes que buscam crédito para consumo em palma – limitado em 100 palmas – não pagam juros. “Emprestando dinheiro em palma, o banco tem a garantia de que o tomador vai consumir aqueles recursos dentro do Conjunto Palmeira”, explica Joaquim. O comerciante local também dá descontos para quem paga com palma, pois sabe que, assim, ele “fideliza” o consumidor.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

Com um lado da gangorra – o do consumo – ocupado pela moeda social, o outro – o da produção – mantém uma cadeira cativa para o microcrédito, que consiste em empréstimos de até R\$ 1 mil, destinados a alavancar a produção, o comércio e os serviços. Os microcréditos são uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo que estimulam a oferta de bens e serviços no local, viabilizam

o autofinanciamento da gestão dos bancos comunitários, uma vez que nos empréstimos para as atividades produtivas cobram-se taxas de juros a partir de 0,5% ao mês. Os tomadores de microcrédito não precisam apresentar fiador, nível de renda, patrimônio e outras normas comuns em bancos tradicionais.

Na gangorra, ao lado do microcrédito, aparece outro importante instrumento dentro do contexto dos bancos comunitários, o **correspondente bancário** ▀, empresa que atua como agente intermediário entre os bancos e seus clientes finais.

Como correspondente bancário, o Banco Palmas faz 30 mil operações por mês para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Isso é bom para os moradores, que não gastam com longos deslocamentos para pagar contas e receber benefícios; é bom para a produção local, porque, ao permanecer no bairro, o consumidor não é estimulado a consumir fora do território; e, finalmente, é bom para o banco, que incorpora à sua carteira um percentual sobre essas operações.

Outro produto financeiro é o **crowdfunding** ▀, para o qual qualquer pessoa simpatizante ao projeto pode contribuir. Essa ferramenta tem sido muito utilizada em todo o mundo para financiar projetos culturais, educativos ou comunitários. No Brasil, o **crowdfunding** já está começando a interagir com bancos comunitários ainda sem solidez financeira, caso do Banco União Sampaio, do Jardim Maria Sampaio, na Zona Sul de São Paulo (*mais em reportagem à pág. 30*). Quando a meta estipulada pela operadora do **crowdfunding** não é atingida, o dinheiro é devolvido aos doadores.

“A partir dessa integração de ações financeiras proporcionada por bancos comunitários, que projetam arranjos produtivos, redes setoriais e outros elementos que compõem estratégias para melhorar a viabilidade econômica de novos negócios, já se torna possível falar em desenvolvimento econômico local”, afirma Bannitz. O mesmo diz Joaquim Segundo, com outras palavras: “O banco comunitário permite o desenvolvimento local porque forma uma rede de ‘prossumidores’, onde todos são produtores e consumidores uns dos outros, e todos são os atores sociais das mudanças”. ▀

[ANÁLISE]

A metamorfose dos ODM em ODS | Será impossível elaborar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sem que os itens 7 e 8 dos Objetivos do Milênio passem por profundas mudanças **POR JOSÉ ELI DA VEIGA***



Um dos poucos engajamentos efetivos na Rio+20 deverá fazer surgir em 2015 um kit de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Será fruto de negociação multilateral da proposta de um grupo de trabalho a ser ungiado em setembro pela 67ª sessão da Assembleia-Geral da ONU, com 30 representantes de seus 5 grupos regionais.

É de esperar que o ponto de partida desse grupo seja o exame das insuficiências e incongruências dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotados em 2000. Mazelas que saltarão aos olhos por mera comparação às prolixas exortações da declaração *O Futuro Que Queremos*.

Podem ser descomplicados os ajustes exigidos pelos primeiros seis ODM, que vão da erradicação da miséria e da fome ao combate à AIDS e à malária, passando por educação primária, discriminação das mulheres, mortalidade infantil e saúde materna. Claro, seria fundamental incluir, com grande realce, o combate às desigualdades. Mas isso se tornou politicamente inviável, uma vez que a questão continuou a ser evitada na própria Rio+20.

Algo bem diferente precisará ocorrer com os dois outros ODM: o ambiental

e o econômico. Nestes dois âmbitos foi dramática a obsolescência das metas e indicadores propostos em 2005 pelo Projeto Milênio, coordenado por Jeffrey Sachs. Problema evidentemente constatado – mas não enfrentado – na cúpula de setembro de 2010 sobre os ODM.

Então, se o grupo dos 30 for bem constituído, ele não demorará a admitir a impossibilidade de elaborar os ODS sem que os ODM 7 e 8 passem por profundas mudanças. Todavia, não será nada fácil, sobretudo com o último, o econômico.

Para que o objetivo 7 faça sentido, um bom ponto de partida será a avaliação dos três indicadores de sustentabilidade ambiental que mais se firmaram nos últimos anos: o das “Poupanças Líquidas Ajustadas”, promovido pelo Banco Mundial, o “Índice de Desempenho Ambiental”, incentivado pelo Fórum de Davos, ou a mais popular “Pegada Ecológica”, coordenada pela Global Footprint Network (GFN). É possível que disso resulte uma opção pela metodologia da Pegada, mas com desagregação. Por exemplo: pegada carbono, pegada nitrogênio e pegada hídrica, complementadas pela taxa de extinção de espécies, indicador que parece insubstituível para medir a erosão da biodiversidade.

Bem mais tumultuada tenderá a ser

a discussão sobre a melhor forma de dar sentido ao objetivo 8. Basicamente porque contrariará interesses conservadores com muita ascendência sobre os governos dos EUA, além de bem posicionados no sistema das Nações Unidas.

Os *lobbies* que impediram nos últimos 30 anos qualquer tipo de freio à mobilidade internacional de ativos financeiros certamente também farão tudo o que puderem para que seja rejeitada, por exemplo, a proposta lançada no final de 2009 pela Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi: que o desempenho econômico não seja mais avaliado pelo PIB, e, sim, por uma medida de consumo, como a renda domiciliar disponível.

Tomara que esse prognóstico seja desmentido até o segundo semestre de 2014, prazo dado ao grupo dos 30 para a apresentação de suas propostas. Todavia, hoje é o que parece mais realista diante do xadrez criado pela coevolução de três dos principais processos simultâneos e contraditórios em curso: soberania nacional, democracia política e globalização.

* PROFESSOR DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (IRI-USP) E DO INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS (IPÊ) – ZEELI.PRO.BR

Guerreiros, anjos e andorinhas

O programa Guerreiros Sem Armas mostra que empoderar uma comunidade para o desenvolvimento local exige dos formadores atuar como facilitadores, potencializando a troca de saberes **POR THAÍS HERRERO**

A garoa persistia sem dar tempo para as capas de chuva secarem. Por causa da lama do terreno, as galochas eram marrons e não mais pretas, como no começo do dia. Eram necessárias porque o campo de futebol estava alagado e o único indício de sua existência eram duas traves enferrujadas, sem rede e em posição assimétrica. O frio do fim de tarde de julho era cortante na comunidade Aldeia, no Guarujá, litoral paulista, e mesmo assim 20 pessoas de diversas idades, de dentro e de fora da comunidade, construíam passo a passo o parquinho para crianças.

Eles já tinham colocado paralelepípedos no chão, plantado mudas de palmeira, reformado os balanços velhos doados pela prefeitura do município e improvisado o escorregador, o gira-gira e os aparelhos de ginástica com pedaços de madeira. Era o terceiro dia de mutirão, uma etapa do Guerreiros Sem Armas (GSA), um programa do Instituto Elos. Durante esse mutirão, tanto os jovens

que participam do curso quanto os moradores trabalham para construir ou reformar espaços em uma comunidade.

O curso capacita jovens entre 18 e 35 anos para atuar como empreendedores sociais, líderes empresariais ou gestores públicos. Esta é a sétima edição e conta com 59 participantes de 19 países diferentes, como Colômbia, Guiné-Bissau e Holanda. Todos voltarão para casa e terão experiência suficiente para investir em projetos e soluções para o chamado desenvolvimento local, seja em seus bairros, condomínios, seja em cidades.

Mais do que ensinar como fazer isso, o GSA centra-se em como os “guerreiros” – como são chamados – devem se aproximar da comunidade e engajá-la, para que os moradores sejam atores de mudança e manutenção do que é construído com os jovens. Isso é o que se chama “empoderamento”. Prova de que a Aldeia estava mesmo engajada era que, mesmo com toda a chuva e frio, crianças e adultos colocavam a mão na massa – ou melhor, na lama.





PAULO FERREIRA

“EMPODIMENTO”

“Empoderar” deriva do inglês *empowerment* e significa dar às pessoas informação, liberdade e espaço para tomar decisões e agir. Para quem trabalha com desenvolvimento local, no entanto, é um processo mais complexo. Segundo Clarissa Magalhães, antropóloga, educadora e dona da empresa de gestão participativa em projetos socioambientais Burity Gestão Educacional, o trabalho de formação e empoderamento de uma comunidade deve resultar em indivíduos que conheçam melhor a realidade local, tenham profunda capacidade de análise e habilidades para propor saídas eficientes para problemas – tudo isso, de preferência, atuando coletivamente.

Já o educador Tião Rocha usa outro termo, o “empodimento”. “É como se as pessoas falassem ‘quer dizer que nós pode? Não sabia que nós podia’. Esse momento em que elas descobrem sua potência e seu poder é o ponto fundamental da transformação de uma comunidade, porque reflete uma transformação de postura ética”, diz. (leia mais em Entrevista à pág. 16)

Mas ninguém simplesmente “dá poder” ao outro. Para ser efetivo, o primeiro estalo deve acontecer no interior de cada indivíduo. O formador, que vem e vê

de fora, deve ser apenas um facilitador, alguém que potencializa a troca de saberes. “Quem tem formação técnica e tradicional acaba cristalizando na mente que isso vem de cima para baixo, de mestre para aluno”, diz o coordenador do programa de fortalecimento institucional, Ailton Dias dos Santos, do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB). Ele explica que a formação precisa ser valorizada de forma horizontal. “Uma organização que chega em uma comunidade tem de respeitar o grupo, a identidade e as crenças e, a partir daí, dialogar com as pessoas”, diz Santos.

Um elemento importante para que uma comunidade se empodere é a noção de pertencimento. Ninguém se engajará por um espaço que desconhece como seu. Em um País com tanta migração interna, como o Brasil, o sentimento de terra natal fica perdido e a população, desenraizada.

Uma saída é exatamente trabalhar a diversidade entre as pessoas. Santos conta que, nos trabalhos realizados pelo IIEB e comunidades da Amazônia, onde há gerações vindas de todos os cantos do Brasil e de origem indígena, observam-se diferentes níveis de identidade local. Ao unir uma comunidade em um só espaço para discutir os problemas comuns a todos que ali moram,

grupos com um sentimento maior de pertencimento se sobressaem e acabam influenciando os outros, mostrando o valor da terra.

Valorizar habitantes, atributos do espaço e a cultura é tão importante para quem vive lá quanto para quem vem de fora. Quando se chega a uma comunidade, é preciso olhar o seu potencial, o lado cheio do copo, e o olhar do forasteiro influencia o olhar que os moradores passam a ter com a sua comunidade.

OLHOS VENDADOS

O primeiro passo do programa GSA é preparar os guerreiros para entrarem na comunidade, que espera os projetos de melhoria. As ações acontecem sempre em locais carentes e na periferia da Baixada Santista. Por isso, na primeira visita *in loco*, todos vão de olhos vendados. “É para quebrar o preconceito e acabar com a imagem preconcebida que carregamos sobre o que é uma favela. Com os olhos fechados, as pessoas percebem outros elementos, os cheiros, sons e a textura do chão”, diz Rodrigo Rubido Alonso, cofundador do Elos.

Ao abrir os olhos, os guerreiros são convidados a desenhar em um papel as belezas do espaço e entrar em contato com os moradores. Daí vem o momento crucial: perguntar aos moradores quais são os sonhos da comunidade.

“As pessoas estão tão acostumadas à abordagem do assistencialismo – de perguntar primeiro ‘quais são seus problemas?’ – que demoram para entender quando perguntamos sobre seus sonhos. Queremos ouvir o que deve ser construído, não o que eles querem destruir”, explica Alonso.

A pergunta complexa virou brincadeira em Aldeia. Pensando em quebrar o gelo do primeiro contato, os jovens do GSA montaram uma barraca na rua com sonhos de padaria. A ideia era trocar sonhos da comunidade por sonhos de comer. Uma das vontades que surgiram foi ter um parquinho para oferecer lazer para as muitas crianças da favela.

Outra atividade que os guerreiros promovem é um Show de Talentos. Todos os moradores são convidados a mostrar o que fazem de melhor. Vale cantar, dançar, contar história, cozinhar, fazer tricô etc. Isso revela a riqueza cultural e a diversidade às vezes escondida na timidez ou na falta de oportunidade. E, o mais importante, valoriza o que a comunidade tem. “Imagine o que significa para essas pessoas um monte de universitários e gente de outros países que chegam lá para ouvi-los e apreciá-los. É revolucionário para a autoestima”, afirma Alonso.

Os voluntários montaram uma barraca na rua com sonhos de padaria. A ideia era trocá-los por sonhos da comunidade

INFINITOS RETORNOS

A comunidade engajada que participa do mutirão de construção que o GSA organiza consegue articular-se para manter as melhorias e fazer ainda mais. Este, aliás, é um dos principais resultados das intervenções locais feitas pelos guerreiros. Até hoje, o GSA já formou 300 jovens de 36 países e impactou na vida de mais de 200 comunidades. Em 1999, na primeira edição do programa, em Santos, foi feita uma creche de palafitas – mesma estrutura das casas, afinal, o programa acredita que é preciso agir com os recursos e com a realidade local. Os moradores organizaram uma associação para cuidar da creche e o Sesc Santos apoiou a ação oferecendo as refeições. Anos depois, estavam já engajados e conseguiram recursos para a construção de outra creche, desta vez com o dobro do tamanho e toda feita de alvenaria.

Naquela tarde fria de julho, enquanto o parquinho em Aldeia era construído, a saída para fugir da chuva era se abrigar no quintal de dona Valquíria Peres de Moraes. Lá, a paulistana e moradora do Guarujá há 20 anos servia a todos pão com manteiga e um café fresquinho e doce. Tinha conhecido o programa do Instituto Elos dias antes e estava animada. “Dizem que uma andorinha só não faz verão, né? Isso aqui é um passinho inicial. Sem eles, ninguém aqui teria feito nada sozinho”, diz, e acrescenta que os moradores já tinham se reunido e concordaram em cuidar bem do que lhes foi entregue. Iriam, no mínimo, consertar o que quebrasse por uso, mas ficariam de olho para manter tudo em ordem.

“Nunca ninguém fez isso aqui. Nem prefeito nem vereador. Político só vem aqui em época de eleição. Traz presente, faz festa, e nunca mais volta. Esses tais ‘guerreiros’ vieram não sei de onde, mas são mesmo é uns anjos”, diz dona Valquíria. ■

Revertendo o ciclo

Movimento de combate à corrupção muda
a história de municípios do interior **TEXTO GISELE NEULS**

Do Congresso Nacional às pequenas prefeituras de interior, os crimes contra o patrimônio público são tão antigos quanto o próprio país. Escândalos de corrupção garantem um fluxo constante de manchetes na imprensa. Os esquemas fraudulentos e desvios de dinheiro público cascateiam do nível federal até os pequenos municípios, mas é nestes que seus estragos são mais claramente percebidos. Afinal, é no âmbito local que as pessoas sentem diariamente a precariedade da infraestrutura e dos serviços de educação e saúde. Nos últimos anos, é também neles que os movimentos anticorrupção começam, aos poucos, a mudar essa história.

Ribeirão Bonito – cidade com cerca de 12 mil habitantes na região central do estado de São Paulo – é um exemplo. Há 13 anos, ninguém achava possível desgrudar corruptos da máquina pública. Hoje a população não só sabe que é possível como vive atenta aos gastos da prefeitura. A história começou a mudar quando um grupo de amigos resolveu doar tempo e talento para ajudar a cuidar de Ribeirão Bonito. Eles achavam que sua querida cidade estava sendo maltratada, com parques e praças malconservados. Criaram a Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo) e elegeram uma praça para começar o trabalho.

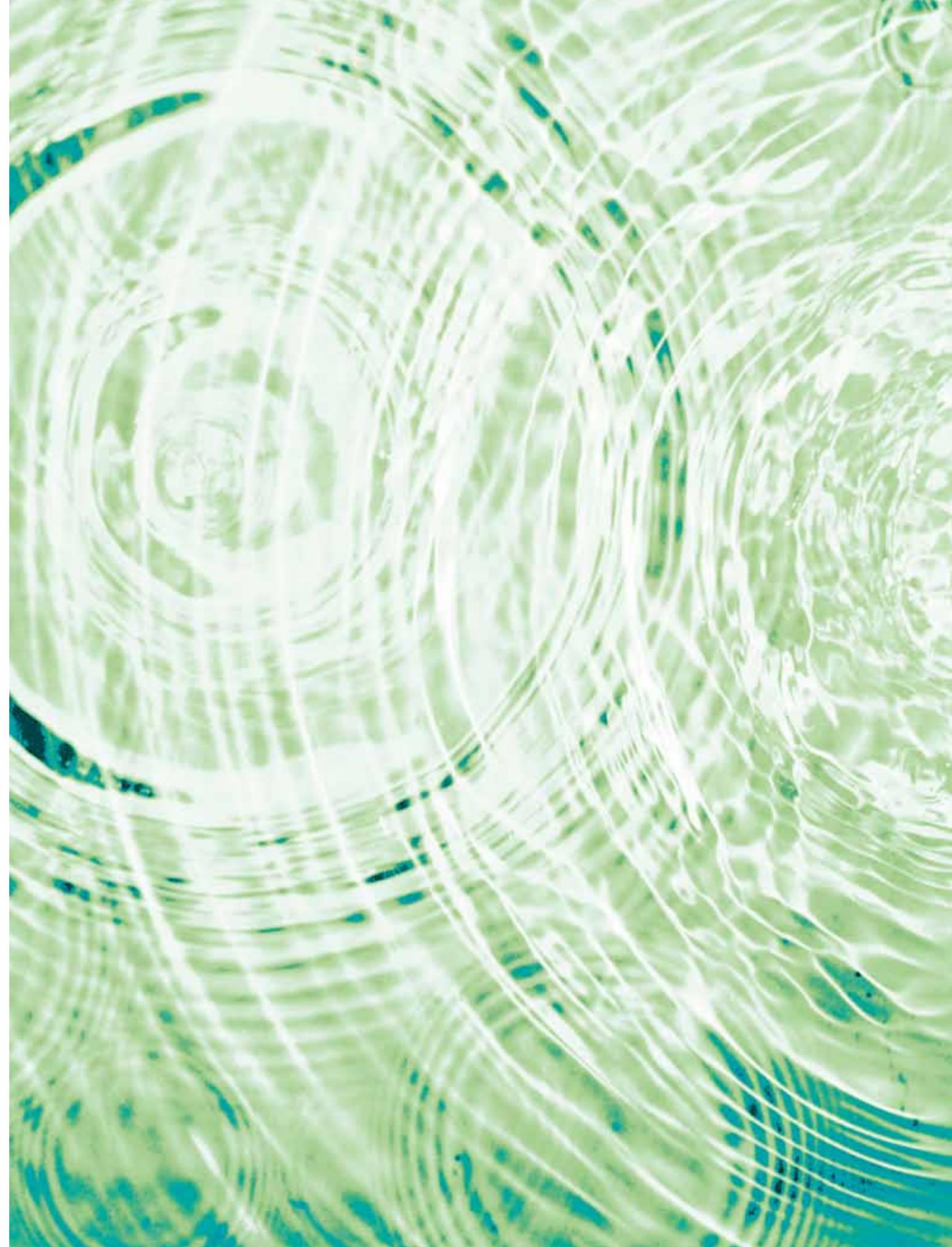
A revitalização deu certo e injetou ânimo no grupo. Começaram a discutir novas ações e deram-se conta

de que a responsabilidade pela manutenção de praças e monumentos era da prefeitura. “Fomos ver por que a prefeitura não fazia isso e deparamos com o desvio de recursos”, conta Josmar Verillo, um dos fundadores da entidade. Resolveram, então, dedicar-se ao combate à corrupção. Vasculhando as contas públicas descobriram uma variedade de desvios – da merenda escolar à aquisição de combustíveis. Foi o início de um trabalho que se tornou referência nacional. Hoje a organização atua em duas frentes: a associação local e uma rede de organizações da sociedade civil com mais de 200 afiliados no País, a Amarribo Brasil.

A investigação daqueles desvios, que somavam cerca de R\$ 1 milhão, resultou em ação civil pública contra o então prefeito, Antônio Sérgio de Mello Buzzá, solicitando o seu afastamento. Em 2002, para escapar de uma prisão preventiva, Buzzá renunciou e fugiu de Ribeirão Bonito. A notícia do ex-prefeito fujão, bem como o trabalho da Amarribo para denunciar suas falcatruas, foi parar no *Jornal Nacional*. A repercussão resultou na prisão de Buzzá meses depois em Rondônia e em uma enxurrada de e-mails e telefonemas para a Amarribo.

Tratava-se de pessoas e organizações de todo o Brasil querendo ajuda para fazer o mesmo em seus municípios. “Entramos em pânico, não podíamos deixar de atender, mas éramos voluntários”, lembra Verillo. Daí nasceu a ideia de escrever uma cartilha que mostrasse o bê-á-bá do combate à corrupção nas prefeituras. [1]

[1] A cartilha *O Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil*, publicada em parceria com o Instituto Ethos e a Transparência Brasil, pode ser baixada em amarribo.org.br



As pessoas acreditaram que é possível mudar a gestão pública e a Amarribo já coleciona vitórias

Esquema de fraude na compra de ambulâncias responsável por utilizar R\$ 110 milhões do Orçamento da União na compra de ambulâncias superfaturadas, envolvendo emendas parlamentares, prefeituras e a empresa mato-grossense Planam. Veio a público em 2006, quando a Polícia Federal deflagrou a Operação Sanguessuga

A repercussão gerou apoio popular também em Ribeirão Bonito. As pessoas passaram a acreditar que é possível mudar a gestão pública e a associação começou a colecionar vitórias. Hoje a prefeitura divulga mensalmente os pagamentos e dá explicações quando surgem dúvidas. “Antes o prefeito era visto como um intocável que pode tudo, hoje a população sabe que, se desviar, ele pode ser retirado do cargo”, diz Verillo.

Mas ainda há muito para avançar. A apresentação e a discussão do orçamento municipal, por exemplo, ainda possuem uma linguagem cifrada para o público. Verillo diz que isso acontece não apenas por má-fé, mas também porque vereadores e gestores não sabem como fazer isso de forma acessível.

Para a população em geral, fiscalizar e participar do orçamento são coisas muito novas. Mas o movimento está crescendo. “O Brasil ainda não tem tradição de participação popular nessa atividade”, aponta Verillo. É um movimento lento, mas constante. E o contato com esse movimento mostrou uma realidade estarrecidora a Verillo. “Não tínhamos noção de que a corrupção era tão espalhada e tão profunda. A grande maioria das cidades do Brasil tem desvio de recurso.” Um problema que custa muito caro à população.

PRISÃO DE PREFEITOS

O jornalista Fábio Henrique Carvalho Oliva sabe bem o preço que a população paga pelos desvios de dinheiro público em Januária, 65 mil habitantes, Norte de Minas Gerais. Anos atrás seu pai morreu em uma ambulância sem combustível nem oxigênio a apenas 30 quilômetros do hospital para onde estava sendo transferido. Na época a família ficou indignada e chegou a pensar em fazer algo, mas acabou deixando passar. Alguns anos depois um sobrinho de Oliva foi levado ao mesmo hospital com convulsões. Lá a família foi orientada a levá-lo a Montes Claros, maior município da região – distante 160 quilômetros.

Segundo a funcionária que os atendeu, naquele momento não havia médico de plantão, tampouco medicamentos, equipamentos ou suprimentos necessários para atender o paciente. O drama pessoal reacendeu a revolta da família que, junto com amigos, criou em 2004 a Associação dos Amigos de Januária (Asajan).

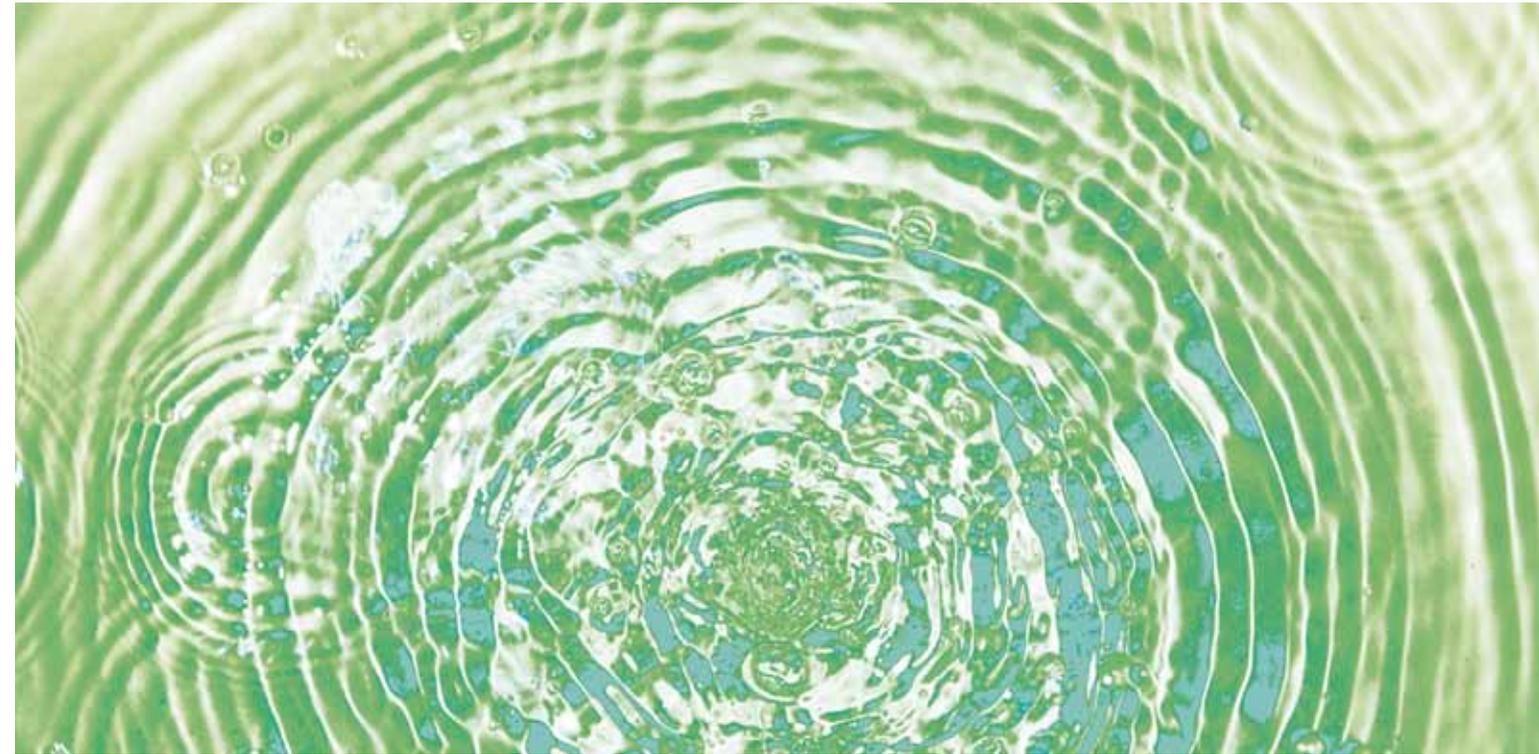
Oliva baixou a cartilha anticorrupção da Amarribo e entrou em contato em busca de orientação. Inicialmente,

a Asajan era um grupo de oito pessoas determinadas a investigar as contas públicas e desmanchar as barragens que impediam o dinheiro público de chegar a seu destino. Recebeu de presente de uma conselheira de saúde três caixas de cópias de documentos coletados com funcionários indignados, mas temerosos. Ali, a Asajan encontrou cópias de uma licitação para material escolar onde constava a compra de 6 mil apagadores e um volume absurdo de cadernos, considerando-se as 120 escolas de Januária. Descobriram ali um desvio de R\$ 350 mil que levou o prefeito Josefino Lopes Viana à prisão em 2006.

A partir desse momento, a população, que via o pessoal da Asajan como uma espécie de Dom Quixote, passou a acreditar que é possível combater a corrupção. “A prisão do prefeito deu coragem aos cidadãos”, diz Oliva. Choveram no Ministério Público denúncias de todo tipo, dos grandes esquemas até os pequenos desvios, como motoristas tirando combustível de ambulância para veículos particulares. Uma combinação entre o trabalho investigativo da Asajan e a ação do Ministério Público e do Judiciário resultou em uma história rocambolesca: entre 2004 e 2007, Januária teve sete prefeitos. Eles encontraram desvios em tudo: licitações fraudadas, nepotismo, contratações fraudulentas, até mesmo a **máfia das ambulâncias** andou por lá e resultou na prisão de outro prefeito, João Lima, sucessor de Viana. E a cidade ainda não pode ser decretada zona livre de corrupção. O atual prefeito, Maurílio Nêris de Andrade Arruda, é alvo de duas ações de improbidade administrativa e atualmente está com seus bens bloqueados na Justiça.

Qualquer um que se detenha no noticiário se questiona, perplexo, como a população continua elegendo políticos corruptos. Para Oliva, pelo menos nos municípios, a explicação vai além do simples “o povo não sabe votar” tão comum de se ouvir. Ele lembra que a parcela mais pobre da população, a mais afetada pela corrupção por ser dependente dos serviços públicos, é também a que menos se revolta e denuncia. Trata-se da parcela mais vulnerável dos habitantes de cidades onde o prefeito controla tudo: saúde, educação, segurança pública.

Quanto menor o município, mais difícil é se rebelar. Basta dificultar uma vaga na escola, complicar um atendimento em saúde, forjar uma batida policial, demitir ou repreender um parente que trabalha no serviço público municipal – os primeiros a sofrer represálias quando surgem denúncias. Por medo não se denuncia, por falta



de opção e esperança, vota-se. Oliva já foi agredido em um aeroporto, já sofreu atentados e hoje anda em um carro blindado, entre outras medidas de segurança. “Procuró não dar chance pro azar.”

ROUBAVA-SE ATÉ XEROX

Vem do Paraná um exemplo de que é possível eliminar a corrupção na gestão municipal. Realeza, no Sudoeste do Estado, viveu uma transformação radical nos últimos sete anos e meio. De quase inexistente, a coleta passou a abranger 70% do esgoto do município; o serviço de saúde foi melhorado; não faltam vagas nas creches; estradas rurais foram recuperadas; até um programa de coleta seletiva foi criado. O prefeito Eduardo Gaievski encerra seu segundo mandato aplicando cerca de 23% do orçamento na saúde, 25% na educação e menos de 50% na folha de pagamento, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal. E tudo isso sem endividamento. Gaievski diz que a mágica é simples: se não houver desvios, o orçamento do município dá para tudo.

Gaievski vem do setor privado, tendo construído uma carreira sólida em multinacionais como Pepsi Co., Kraft Foods e Fox Filmes do Brasil. Em 2002 sofreu um grave acidente de carro na Nova Zelândia. Diz que isso mudou sua vida e o fez voltar à sua cidade natal. Já conhecia o trabalho da Amarribo através de amigos e começou a fiscalizar o poder público. “Até xerox se roubava aqui”, conta. Em 2004, candidatou-se a prefeito

em uma chapa sem aliados, contra uma coligação de dez partidos. Para surpresa geral, o azarão que estava fora da cidade há 18 anos venceu e começou uma gestão profissional. Elaborou o plano diretor participativo, implantou orçamento participativo, apresentou projetos para receber verbas federais, conseguiu trazer até um dos *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Dar transparência às contas públicas foi uma de suas primeiras ações como prefeito. Mandou instalar um mural no cruzamento das duas principais avenidas da cidade, no qual, mensalmente, publica o balanço das contas do município. No site da prefeitura, é possível acessar informações do orçamento e, caso alguém tenha dúvidas, basta ligar para o celular do prefeito, igualmente publicado no site. A reportagem fez o teste, e foi ele mesmo quem atendeu.

Com sua experiência no setor privado, levou o planejamento para dentro da gestão pública, atento aos mínimos detalhes – até mesmo a compra de dentaduras e óculos, moeda corrente para compra de votos, foi planejada e licitada conforme a demanda. “Não adianta discursar e não ter serviços de qualidade para a população. Se a pessoa vai à escola e não tem vaga, o discurso vai por água abaixo”, diz Gaievski. Prestes a entregar o cargo em seu segundo mandato, Gaievski não receia ver retrocessos. “A partir do momento em que as pessoas são empoderadas, que elas veem que têm poder para decidir, muda sua relação com o poder público.”

Fast-forward | Pensar na morte pode motivar decisões que beneficiam as gerações futuras. Mas a memória protética global que a tecnologia digital proporciona contribui para uma falsa sensação de permanência. Será preciso lembrar que somos mortais? **POR FLAVIA PARDINI***

“Quando ligamos o rádio em um quarto de hotel em Nova York e ouvimos Elvis cantando ‘Heartbreak Hotel’, raramente somos surpreendidos pela peculiaridade de nossa situação: um homem morto que canta.” O escritor William Gibson, autor da frase, afirma que vivemos uma época estranha, na qual o que ele chama de “botão rebobinar” permite que contrariemos o fluxo natural do esquecimento. Graças ao grande mecanismo digital, diz ele, construímos uma memória protética global que torna o nosso ‘agora’ indesculpavelmente curto e, ao mesmo tempo, inauditamente elástico. Precisamos ser lembrados de que, cedo ou tarde, vamos morrer?

Pensar na morte não é algo que os vivos gostem de fazer – especialmente enquanto ouvem Elvis no rádio. Mas pode ser, segundo pesquisadores da área de psicologia, um artifício para que decisões sobre a alocação de recursos beneficiem as gerações que estão por vir.

A questão é urgente, lembra o ativista Bill McKibben [1] em artigo recente: se o aumento de 0,8 grau nas temperaturas globais nas últimas décadas causou o desaparecimento de um terço do gelo no verão Ártico, assim como 30% mais acidez nos oceanos e 5% mais vapor d’água na atmosfera sobre os oceanos, imagine as conseqüências de um aumento de 2 graus. Esse número é o único em torno do qual, destaca McKibben, há acordo entre os líderes mundiais sobre nossas ações quanto às mudanças climáticas.

Sabe-se que os indivíduos são egoístas e míopes no uso de recursos – tendem a favorecer a si mesmos em vez de outras pessoas e preferem usar recursos no presente a postergar o consumo para o futuro. A literatura de psicologia indica que escolhas em contextos intergeracionais favorecem as gerações mais próximas e, na medida em que cresce a distância temporal entre as tomadas de decisão e seus resultados, diminui a tendência a decidir em benefício de terceiros.



Cada um de nós, entretanto, sabe que vai morrer. Nosso impulso pela autopreservação, aliado à certeza de nossa eventual morte, alimenta o desejo de deixar algo que sobreviva à nossa existência física. O impacto sobre outras pessoas que perdura no futuro está no centro dessa busca por um significado maior para nossas vidas. Em um artigo [2] recém-publicado na revista *Psychological Science*, Kimberly Wade-Benzoni, da Duke University, e seus colegas hipotetizam que esse desejo de produzir um legado positivo pode fomentar decisões que gerem benefícios futuros, desde que os indivíduos a cargo de tais decisões sejam lembrados da morte.

Eles testaram a hipótese com dois experimentos e concluíram que indivíduos lembrados da morte sentem uma conexão com outras pessoas no futuro mais forte do que com aquelas no presente. Em resumo, agir em benefício de gerações que estão por vir oferece aos tomadores de decisão uma oportunidade de simbolicamente estender seu legado para o futuro.

Os resultados indicam, dizem os pesquisadores, que o sucesso de políticas públicas para encorajar comportamentos ambiental e ecologicamente sustentáveis “pode depender de salientar a mortalidade dos indivíduos e de apresentar suas decisões como trocas intergeracionais”. E que “o desejo de nos perpetuar no futuro

e potencialmente além da vida mortal é um ímpeto forte e profundo para a ação generativa”.

Na era do homem morto que canta e da possibilidade onipresente de rebobinar, parece que tais sentimentos e desejos precisam ser, constantemente, reanimados. A fotógrafa Rachel Sussman, por exemplo, foi lembrada “da brevidade de uma vida humana em face da vastidão incompreensível do ‘para sempre’” por uma árvore. Ela conta, em ensaio [3] publicado em fevereiro, seu encontro com “O Senador”, um dos ciprestes mais velhos do mundo, morto em janeiro aos 3.500 anos de idade após um incêndio em Orlando, na Flórida.

Rachel relata sua visita ao Senador em 2007 para fotografá-lo para seu livro *The Oldest Living Things in the World* – uma tentativa de destilar em milésimos de segundo vidas que perduram por milhares de anos. Insatisfeita com o resultado, ela prometeu a si mesma voltar para fotografar novamente o cipreste. “Mas em cinco anos, embora tenha ido à Flórida algumas vezes para ver familiares, não retornei ao Senador”, escreve ela. “Era fácil demais. Com certeza, se o Senador esteve ali por 3.500 anos, estaria por 3.505.”

Não estava. Antes que Rachel pudesse revê-lo, o cipreste sucumbiu ao fogo. “A extrema longevidade pode nos acomodar em uma falsa sensação de permanência. Caímos em uma realidade cotidiana desprovida de pensamento de longo prazo, certos de que as coisas que estiveram ali ‘para sempre’ permanecerão, imutáveis. Mas ser velho não é o mesmo que ser imortal”.

A sensação de longevidade a que a fotógrafa se refere provavelmente tem a ver com a facilidade de apertar o botão rebobinar. Optar pelo botão avançar com certeza nos faria imaginar a morte e, quem sabe, escolher melhor.

* JORNALISTA E FUNDADORA DE PÁGINA22

Isto não é uma escada.

Se você busca conteúdo, duvide do óbvio. Leia PÁGINA22.

PÁGINA
22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

Aprendemos sobre ciência. Aprendemos sobre pessoas.

Reconhecer que somos todos interdependentes e valorizar a diversidade das relações é uma prática da Natura desde a sua fundação. É o que inspira o Natura Campus, um programa de inovação aberta e colaborativa, que integra pesquisadores, cientistas e empresas em torno de um mesmo objetivo: ampliar e difundir a excelência do pensamento humano. Colaboração em redes é o que o mundo começa a buscar. É a Natura desde sempre. www.naturacampus.com.br

Roseane Figueiredo,
pesquisadora Natura,
desenvolve projeto
em parceria com o
Instituto Agrônomo
de Campinas – IAC.